

FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DO PORTO

**Percepções de jovens adultos relativamente ao conflito interparental: Implicações
na construção de crenças acerca das relações amorosas**

Maria Sofia Moreira da Silva Alves Mota

2010

Dissertação apresentada no âmbito do Mestrado em Temas de Psicologia apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, orientada pela Professora Doutora Cidália Duarte.

Resumo

Neste trabalho apresentamos um estudo cujo principal objectivo consiste em perceber de que forma os jovens adultos percebem os conflitos interparentais e que implicações, estes podem ter na construção de crenças amorosas.

A investigação neste domínio é profícua quando se refere a jovens adultos uma vez que a maior parte dos estudos avalia crianças e adolescentes. Neste sentido, torna-se pertinente avaliar um outro ciclo de desenvolvimento na medida em que as relações familiares são determinantes para a aquisição de padrões interpessoais, expectativas e crenças sobre os relacionamentos.

Neste estudo participaram 177 indivíduos, de ambos os géneros, com idades compreendidas entre os 17 e os 28 anos. Os participantes estão a frequentar um curso superior. Para o efeito utilizamos os seguintes instrumentos conjuntamente com um questionário sócio-demográfico: CPIC (Grych, Seid & Fincham, 1992) e RBS (Fletcher & Kininmonth, 1992).

Os principais resultados indicaram que não existem diferenças de sexo relativamente às dimensões propriedades do conflito, culpa e triangulação. Relativamente às crenças acerca das relações amorosas encontramos diferenças entre homens e mulheres na individualidade e paixão. Na crença da intimidade encontramos diferenças para indivíduos que estão envolvidos numa relação amorosa.

PALAVRAS-CHAVE: conflito interparental, percepções, crenças, relações amorosas, jovens adultos

Abstract

The main aim of this study is to understand how young adults perceive interparental conflicts and what implications these may have on the development of romantic beliefs.

Research in this field is useful when referring to young adults given that most studies have assessed children and adolescents. Therefore, it becomes pertinent to evaluate another development cycle to the extent that family relationships are crucial to the acquisition of interpersonal patterns, expectations and beliefs regarding relationships.

This study involved 177 subjects, of both genders, aged between 17 and 28. These subjects are currently attending a university course. A socio-demographic survey, CPIC (Grych, Seid & Fincham, 1992) and RBS (Kininmonth & Fletcher, 1992) were used to carry out this study

The main results indicated that there are no differences according to gender regarding the dimensions of conflict, guilt, and triangulation. In regards to the beliefs of romantic relationships, there were differences between men and women pertaining to individuality and passion. Moreover, there were differences concerning intimacy for individuals who are presently involved in a relationship.

KEYWORDS: interparental conflict, perceptions, beliefs, romantic relationships, young adults

Résumé

Nous présentons dans ce travail une investigation dont l'objectif est de comprendre la manière comme les jeunes adultes s'aperçoivent des conflits interparentaux et quelles en sont les conséquences pour la construction de leurs croyances amoureuses.

L'investigation dans ce domaine est fructueuse en ce qui concerne les jeunes adultes parce que la plupart des études évalue les enfants et les adolescents. Dans ce sens, il est pertinent d'évaluer un autre cycle de développement pour savoir à quel point les relations familiales sont déterminantes pour l'acquisition de modes de relations interpersonnelles, de ce que l'on attend d'elles et des croyances sur les relations.

177 individus des deux sexes et de 17 à 28 ans ont participé dans cette étude. Pour cela, nous avons utilisé les instruments suivants un questionnaire sociodémographique, CPIC (Grych, Seid & Fincham, 1992) et RBS (Kininmonth & Fletcher, 1992).

La plupart des résultats ont indiqué qu'il n'y a pas de différence entre les sexes en ce qui concerne les dimensions du conflit, la faute et la triangulation. Quand aux croyances sur les relations amoureuses, nous avons observé des différences entre les hommes et les femmes dans les domaines de l'individualité et de la passion. Nous avons trouvé des différences dans le domaine de l'intimité pour les individus impliqués dans une relation amoureuse.

MOTS: conflit inter-parentaux, perceptions, croyances, relations amoureuses, jeunes adultes

Agradecimentos

Enfim, a tese está finalizada! Depois de um longo percurso de aprendizagem, não posso deixar de mostrar minha gratidão a todos que para tal contribuíram.

Devo iniciar com a Professora Doutora Cidália Maria Duarte pelo seu apoio, disponibilidade, incentivo e partilha de conhecimentos.

À Dra. Marisa Ávila, pela sua atenção e motivação.

A todos os participantes que proporcionaram a realização deste estudo.

E aos demais que me apoiaram nesta longa e enriquecedora caminhada.

ÍNDICE

Introdução	1
 CAPÍTULO I	 4
1. Revisão da literatura.....	4
1.1 – Conflito (Inter)parental	4
1.2 O efeito do conflito (inter)parental nas crianças	6
1.3 O efeito do conflito (inter)parental nos jovens.....	11
1.4. Violência no namoro e a hipótese da transmissão intergeracional da violência	13
2– Relações Românticas.....	15
 CAPÍTULO II - Estudo Empírico	 26
1. Questões de investigação	26
2. Método	28
2.1 – Participantes	28
2.2 – Procedimento.....	29
2.3 – Instrumentos	29
2.3.1 – Questionário Demográfico	29
2.3.2 - Escala de Conflito Interparental.....	30
2.3.3 - Escala de Crenças Acerca das Relações	31
3. Apresentação dos Resultados	33
3.1 - Correlações e consistência interna das escalas	33
3.1.1 - Escala de Conflito Interparental.....	33
3.1.2 - Escala de Crenças acerca das Relações	35
3.2 – Análises diferenciais	38
3.2.1 Conflito Interparental	38
3.2.2 Crenças Românticas	38
3.3 - Análise de variância multivariada.....	39
3.3.1 Crenças acerca das relações românticas.....	39
 CAPÍTULO III	 40
1. Discussão dos Resultados.....	40
2. Limitações do estudo e pistas para investigações futuras	44

Referências Bibliográficas	46
-----------------------------------	-----------

Anexos	54
---------------	-----------

Anexo 1.	1
---------------	---

Anexo 2.	12
---------------	----

Introdução

Os conflitos estão presentes em todas as relações humanas e podem traduzir diferentes opiniões e diferentes formas de estar, com efeito, a forma como interpretamos e sentimos aquilo que nos rodeia vai moldar os nossos comportamentos, atitudes perante a vida e perante as relações que iremos assumindo ao longo do ciclo vital. Vamos construindo representações nunca esquecendo que as inferências relativamente ao comportamento do outro são processos idiossincráticos, pessoais portanto, temos que respeitar a singularidade de cada um, preservando sempre a percepção individual apesar das generalizações que encontraremos nos resultados da investigação. De acordo com Maldonado (2010, p. 21) “a percepção rege o comportamento: o modo através do qual as pessoas olham para os factos determina a maneira como agirão”.

Nascemos no seio de uma família e portanto, esta constitui-se claramente como um contexto determinante para o desenvolvimento de relações. As relações familiares são muito importantes para o desenvolvimento de padrões interpessoais, expectativas e crenças sobre os relacionamentos. Estamos rodeados de pessoas e com elas estabelecemos vínculos e laços mais ou menos acentuados. No que concerne às relações pais-filhos elas são, por norma, involuntárias, envolvem um parentesco biológico, ao passo que na emergência para a idade adulta constroem-se voluntariamente, e de forma espontânea, relações amorosas e de amizade. Assim, toda a história desenvolvimental do indivíduo e a forma como esta é vivida, sentida no contexto das suas experiências relacionais vai exercer, com maior ou menor influência, um papel modelador na formação de pré-conceitos acerca das relações. Muitas vezes assistimos a um padrão de comportamentos que é perpetuado e mantido ao longo das gerações. No entanto, também existem situações em que os indivíduos optam por trajectórias de relações completamente opostas daquilo que observaram devido a factores de ordens diversas (factores cognitivos, crenças, valores, contexto, etc.). A família é, sem dúvida, um espaço privilegiado para aprendizagens que nos marcam de forma profunda para toda a vida. Este sistema proporciona-nos a vivência de relações afectivas (nem sempre bem sucedidas) às quais vamos atribuindo significado. No fundo serve-nos como modelo, segundo o qual nos podemos ou não identificar, como um mapa que poderá assumir várias trajectórias consoante o sentido dado.

A família de origem tem um papel activo na transmissão de vários padrões de funcionamento para os indivíduos de gerações posteriores podendo ter efeitos mais ou

menos acentuados que são dependentes de, entre outras, variáveis pessoais, contextuais e cognitivas. Portanto, a qualidade do relacionamento da família onde nascemos e desenvolvemos relações vai mediar o impacto que a representação do conflito pode ter na estruturação de crenças amorosas. Neste sentido, o presente trabalho tem como principal objectivo perceber de que forma os jovens adultos percebem os conflitos interparentais e que implicações estes podem ter na construção de crenças amorosas assumindo, assim, que o significado que os jovens atribuem aos conflitos dos pais se revela de especial interesse.

As cognições individuais acerca da família moldam os comportamentos dentro dos sistemas familiares, afectam o seu sentimento e podem direccionar os sujeitos na compreensão da vida familiar. Assim, estas crenças vão formar a percepção dos indivíduos acerca da família, a eventos da vida familiar. Como refere Gameiro (2007, p. 23) no início da nossa vida as percepções apoiam-se “nas regras, crenças e nos mitos das nossas famílias, que são transmitidos de geração em geração”.

O contexto em que ocorrem os conflitos constitui-se como uma característica essencial para a atribuição dos significados que lhes são conferidos. Um conflito que ocorra num ambiente familiar caracterizado por relações afectuosas e de apoio será percebido como menos ameaçador do que se ocorrer num contexto marcado por interacções hostis e negativas. Um clima familiar dominado por elevados níveis de afecto negativo e baixos níveis de afecto positivo e, portanto, caracterizado por críticas pode aumentar nas crianças a probabilidade para experienciarem sentimentos de culpa dado que as expressões marcadas de hostilidade e crítica podem fazer com que se sintam responsáveis pelos problemas que surgem na família.

As investigações na área do conflito interparental têm centrado sobretudo a sua atenção na identificação de processos que podem explicar como a exposição ao conflito pode dar origem a problemas de ajustamento nas crianças. Menor atenção tem sido dada às avaliações que as crianças realizam do conflito dos pais no sentido de explicar porque é que para umas aumenta o risco de desajustamento e para outras não.

Desta forma, para uma melhor compreensão dos principais temas explorados, apresentaremos, na primeira parte do trabalho, a revisão da literatura efectuada até ao momento que engloba os conceitos mais pertinentes para este estudo, na medida em que a literatura encontrada no que se refere ao conflito interparental fala-nos quase sempre na perspectiva de crianças e adolescentes. Contudo, apesar de se pretender examinar jovens adultos os resultados dos estudos realizados até ao momento consideram-se

bastante importantes para uma melhor compreensão das temáticas que serão investigadas.

No segundo capítulo apresentamos o estudo empírico, objectivos, questões de investigação, método utilizado e apresentação dos resultados.

Finalmente, no terceiro capítulo, será realizada a discussão dos resultados, conclusões e limitações deste estudo bem como pistas para investigações futuras.

CAPÍTULO I

1. Revisão da literatura

1.1 – Conflito (Inter)parental

“O conflito é inevitável e abarca todos os domínios da vida podendo assumir-se que ele é inerente à espécie humana, independentemente da cultura ou do momento histórico considerado” (Duarte, 2005, p. 14).

Ao conflito parece estar associado um significado negativo, porém, este não tem que ser percebido desta forma. O conflito é comum sendo natural que esteja presente nas situações familiares do dia-a-dia e muitas vezes é mesmo necessário para a resolução de importantes questões mantendo, assim, a harmonia no contexto familiar (Simpson & Cummings, 1996). Contudo, o conflito relacional pode estar associado a reacções emocionais negativas como ansiedade, medo, desconfiança e ressentimento. No entanto, determinados níveis de conflito podem ser benéficos na medida em que encorajam ou possibilitam a troca de ideias mobilizando para diferentes soluções do problema.

“O conflito pode ocorrer entre grupos, indivíduos ou dentro do próprio indivíduo” (Mills & Schulz, 2009, p. 7). O conflito na relação refere-se a animosidades interpessoais assim como tensões entre indivíduos e ocorre quando os seus intervenientes divergem numa variedade de questões: diferentes *backgrounds*, percepções, valores, crenças, atitudes, culturas, opiniões, necessidades, definições de papéis, expectativas e comportamentos. Por um lado, o conflito surge quando duas partes consideram que as suas necessidades não podem ser satisfeitas e, por outro, pode emergir a partir da visão dos seus actores intervenientes (Maldonado, 2010).

Na família, os conflitos podem ocorrer entre diversos subsistemas como o parental, fraterno e família mais alargada. Num casal, os conflitos podem ocorrer de formas muito diversas. No entanto, críticas, injustiças, situações de rejeição e aborrecimento ou tensão acumuladas constituem alguns conteúdos relacionados com o surgimento dos conflitos sendo de destacar que o tipo de conteúdos que origina os conflitos parece modificar-se na transição do namoro para o casamento (Duarte, 2005).

Cramer (2000) realizou um estudo cujo objectivo pretendia determinar em que medida a associação entre satisfação relacional e um estilo negativo de conflito nas relações românticas se devia à frequência do conflito ou ao conflito não resolvido satisfatoriamente. Os resultados sugeriram que um estilo negativo de conflito como

irritação ou evitamento está associado à insatisfação da relação. Isto remete-nos para o facto de que não é a frequência das diferenças de opinião que está associado à satisfação relacional mas a forma como elas são geridas e em que medida são resolvidas satisfatoriamente (Duarte, 2005). Com efeito, parece que a interpretação do conflito corresponde a uma visão idiossincrática e, portanto, parceiros românticos podem estar em conflito acerca de temas diferentes quando os esquemas de comunicação se constituem insuficientes ou suscitam dúvidas.

Na presença do conflito, independentemente dos seus conteúdos, são elaboradas estratégias de resolução do mesmo tendo presente que estas se manifestam sob a forma de comportamentos e atitudes para além de ainda existir um processo envolvido ao longo do tempo (Gottman, 1991; Weiss & Heyman, 1997, *in* Duarte, 2005). Estas estratégias são consideradas construtivas quando existe a comunicação e a aceitação do parceiro tal como ele é. De forma geral, uma menor satisfação conjugal associa-se a estratégias aversivas de resolução dos conflitos (Baucom & Epstein, 1991; Bouchard *et al.*, 1998; Fletcher *et al.*, 1999; Halford, Kelly & Markman, 1997, *in* Duarte, 2005). De forma oposta, casais satisfeitos procuram utilizar estratégias mais positivas como compreensão mútua e a não culpabilização e rejeição excessiva para com o parceiro romântico. Cummings e Davies (2002) referem a colaboração e resolução como formas construtivas ao contrário da agressão verbal e/ou física e evitamento que estão associados a estratégias negativas de resolução do conflito.

A forma como o casal comunica também vai exercer influência no processo de resolução (ou não resolução) do conflito. Para Gameiro (2007), a comunicação transmite uma informação mas de igual forma define a natureza da relação entre aqueles que comunicam. Assim, a autora Sylvie Tenenbaum (2000, *in* Gameiro, 2007) refere que o silêncio é uma forma de responsabilizar o outro de determinadas situações. A mesma autora considera que dar conselhos ao companheiro quando este não pediu pode originar emoções desagradáveis. No mesmo sentido, uma comunicação indirecta pode elicitar ambivalência e, conseqüentemente, distorções na sua interpretação. As mensagens duplas transmitem um conteúdo verbal explícito e um conteúdo implícito, não verbal, que deve ser decodificado pelo outro o que, normalmente, causa conflitos.

1.2 O efeito do conflito (inter)parental nas crianças

Dada a relevância das relações pais-filhos no funcionamento social e psicológico ao longo da vida, compreender os efeitos do conflito parental nestas relações constitui-se particularmente importante na medida em que “É certo que o casamento é instável, que existem muitos divórcios e que surgem com frequência grandes conflitos entre pais e filhos mas a família permanece como espaço emocional decisivo” (Sampaio, 2009, p. 28).

Contudo, a maior parte dos estudos revela que o conflito interparental representa, para as crianças, um impacto emocional e social negativo que terá influência nas suas respostas comportamentais. Existem resultados que indicam que relações parentais conflituosas, o divórcio ou ambos aumentam a probabilidade de que a próxima geração experiencie angústia ou a dissolução das suas próprias relações conjugais (Kim, Pears, Capaldi & Owen, 2009). Neste sentido, é possível afirmar que ao testemunhar ou experienciar o conflito parental, as crianças adquirem reportórios interpessoais inadequados que generalizam a outras relações fora da família de origem.

As investigações relativamente ao conflito interparental têm centrado a sua atenção na identificação das características de conflito que se constituem como preocupantes para o desenvolvimento satisfatório das crianças. Apesar do objectivo do nosso estudo não querer avaliar percepções de crianças mas de jovens adultos parece-nos, no entanto, pertinente referir alguns resultados da investigação realizada neste domínio no sentido em que nos permitem obter um enquadramento e entendimento mais profundo desta temática.

Assim, de acordo com Kinsfogel e Grych (2004) o desenvolvimento socio-emocional das crianças poderá ser especialmente afectado pela observação que estas fazem da forma como os seus pais lidam com o conflito. A literatura relativamente ao conflito interparental tem revelado algumas características de conflito que se constituem como mais angustiantes para as crianças e têm sido descritos os processos que podem mediar o impacto do conflito no seu funcionamento. No entanto, existem algumas limitações uma vez que a maior parte dos estudos tem examinado comportamentos de internalização (como por exemplo, isolamento, sentimentos depressivos) e comportamentos de externalização (por exemplo, comportamentos agressivos).

Davies e Cummings (1994) sugerem que o desenvolvimento socio-emocional das crianças pode ser afectado pela observação que estas realizam da forma como os pais

lidam com a raiva e com o conflito. Os mesmos autores revelam associações entre o conflito interparental e qualidade de vinculação. Os conflitos parentais afectam negativamente a vinculação das crianças aos pais e, consequentemente, sentimentos de segurança nas relações. Deste modo, a expressão afectiva parental também vai determinar as crenças das crianças no que concerne ao tipo de emoções que são normais e esperadas em relações próximas. Se por exemplo, para os membros de uma família for habitual gritar uns com os outros, então a hostilidade expressa durante o conflito parental não será sentida como particularmente ameaçadora para a criança.

As crianças expostas ao conflito interparental intenso e consistente são mais propensas a desenvolver determinados comportamentos e cognições, incluindo expectativas de conflito que, a longo prazo, aumentam a probabilidade do conflito nas suas próprias relações, inclusivamente na idade adulta (Riggio, 2004).

Como refere Pereira (2009) cada vez mais casamentos terminam em divórcio. Às vezes, os afectados são os filhos (crianças ou adolescentes) que nada fizeram para a separação dos seus pais mas são emaranhados e triangulados na sua desordem. Estudos (Riggio, 2004) sugerem que tanto as experiências de divórcio como o crescimento numa família caracterizada por elevados níveis de conflitos estão associados a longo prazo a uma diminuição do bem-estar. Um efeito do divórcio que se constitui independente do conflito parental centra-se na transmissão do compromisso relacional uma vez que na separação ou divórcio os pais demonstram aos filhos que o casamento pode ser terminado voluntariamente. Aqui, estamos perante valores familiares e mais uma vez constatamos que qualquer comportamento conjugal vai, com maior ou menor intensidade, influenciar a criação de crenças e convicções que podem ser adaptadas e postas em prática em futuras relações.

Dodge (2001) sugeriu que as experiências relacionais precoces das crianças tornam-se interiorizadas sob a forma de expectativas acerca de como o indivíduo é tratado pelos outros. Estas expectativas são propícias a afectar o ajustamento psicossocial do indivíduo influenciando a forma como este codifica, interpreta e responde ao comportamento dos outros. Assim, as relações que se estabelecem com os pais constituem-se particularmente importantes neste processo de internalização relativamente à adaptação social uma vez que as interacções parentais precedem, geralmente, outras interacções (Du Rocher Schudlich, Shamir, & Cummings 2004).

Alguns autores (Davis & Cummings, 1994; Grych & Fincham, 1990; Kinsfogel & Grych, 2004) têm-se focado nos processos intrapessoais como avaliações cognitivas,

regulação afectiva e comportamento de *coping* como potenciais mediadores para compreender os efeitos do conflito parental nas crianças. “É a partir dos nossos antepassados que adquirimos a força estruturante para viver, alimentada todos os dias pela empatia que soubermos despertar nos outros e que eles poderão sentir por nós” (Sampaio, 2009, p.28).

No desenvolvimento destas concepções, foram elaboradas algumas teorias (Crockenberg & Langrock 2001; Davies & Cummings, 1998; Grych & Fincham, 1990) no sentido de explicarem a influência do conflito interparental nas crianças, que, sumariamente apresentamos de seguida.

Grych e Fincham (1990) no seu Modelo Cognitivo-Contextual postularam que as avaliações que as crianças realizam do conflito interparental marcam um papel central em explicar como a discórdia conjugal pode conduzir a um desajustamento psicossocial. As crianças realizam uma avaliação subjectiva da situação conflituosa, captam o seu significado tentando compreender porque ocorre e analisam as estratégias que têm ao seu dispor para lidar com o conflito. Três tipos de cognições são descritos como mais importantes na avaliação do episódio de conflito interparental. Em primeiro lugar, a avaliação de ameaça (alguém importante para a criança está em risco). Depois, pode surgir a atribuição de culpa, a criança pode questionar-se daquilo que terá feito para provocar a situação conflituosa e, por último, capacidade para lidar com o conflito que muitas vezes se baseia em intervir directamente no conflito de forma a combater o afecto negativo que foi elicitado.

De acordo com a investigação (Mann & Gilliom, 2002), observar o conflito interparental é angustiante para as crianças; as avaliações cognitivas do conflito interparental estão relacionadas a respostas afectivas e de *coping*. Características como intensidade e conteúdo moderam o impacto do conflito conjugal nas crianças. Se as avaliações cognitivas vão mediar a relação entre conflito e ajustamento psicossocial, o possível processo em que este é realizado pode ser através da repetição e generalização de cognições desajustadas. Por exemplo, concluir repetidamente que o indivíduo é culpado pelo conflito parental ou que o bem-estar individual é ameaçado pode levar a estilos cognitivos mais depressivos e ansiosos. Consistente com esta ideia, Grych e Fincham (1993), revelaram que avaliações de ameaça e culpa predizem comportamentos internalizados nas crianças. Cummings, Davies e Simpson (1994) referiram que avaliações de ameaça estavam relacionadas a comportamentos de

internalização e externalização para rapazes e culpabilização relativamente ao conflito parental estava relacionado a problemas comportamentais internalizados nas raparigas. As consequências no processo de desenvolvimento das crianças dependem das características do conflito e da faixa etária (Pereira & Benetti, 2005). Daqui, podem resultar sentimentos de culpa, vergonha ou de raiva dirigida aos pais. Algumas situações podem conduzir a estados afectivos de auto-culpabilização, baixa auto-estima ou raiva que, ao longo do tempo, poderão afectar o desenvolvimento psicossocial da criança.

Os mecanismos que podem sublinhar a ligação entre conflito conjugal e ajustamento das crianças podem incluir efeitos directos da exposição a conflitos maritais e efeitos indirectos que se manifestam na interrupção do processo parental. Assim, os pais devem compreender que independentemente dos conflitos que vão surgindo na sua relação conjugal, a sua parentalidade deve ser mantida através de uma boa sociedade pois ambos desejam o melhor para os filhos (Maldonado, 2010).

Outros modelos conceptuais enfatizaram as respostas emocionais das crianças como mediadoras do impacto do conflito na sua adaptação (Crockenberg & Langrock, 2001; Davies & Cummings, 1998). Assim, no seu modelo da Segurança Emocional Davies e Cummings (1994) destacam os processos afectivos que ocorrem quando as crianças testemunham raiva entre os seus pais e realça o impacto do conflito parental na segurança emocional das crianças. O constructo da segurança emocional é retirado da teoria da vinculação e expande-se a outros aspectos do funcionamento familiar como supervisão parental e disciplina (Cummings & Davies, 1995). A segurança emocional é descrita como um processo de regulação que se manifesta na organização de múltiplos sistemas de respostas em contextos específicos. De forma similar à teoria da vinculação, o objectivo das respostas das crianças ao conflito conjugal bem como a outros eventos familiares é o sentimento de segurança. Assim, a segurança emocional vai mediar o impacto do conflito conjugal no ajustamento psicossocial das crianças através de processos afectivos, comportamentais, motivacionais e cognitivos (Davies *et al.*, 1994). Em primeiro lugar, a capacidade da criança para regular as suas emoções pode ser interrompida pela exposição repetida ao conflito marital destrutivo então, as crianças expostas a este tipo de conflito podem tornar-se mais angustiadas do que outras crianças quando se deparam com sinais de conflito ou outros elementos perturbadores. Segundo, a sua segurança emocional pode motivar as crianças a comportarem-se de forma inadaptada o que, em certa medida, serve para modificar a situação, regulando o afecto negativo. Por último, as experiências das crianças acerca do conflito interparental

podem influenciar o desenvolvimento de representações internas relacionadas com a segurança emocional, como representações da relação dos seus pais. Este esquema pode guiar inferências, comportamentos e afectos numa variedade de domínios. De acordo com Mann e Gilliom (2002), a exposição ao conflito intenso, mal - resolvido aumenta a reactividade emocional e comportamental na forma para lidar com o stress e activa expectativas negativas colocando a criança em risco para problemas de ajustamento. Davies e Cummings (1998) consideraram que o contexto onde ocorre o conflito, as características da criança, a experiência passada e estratégias de *coping* são elementos que se inter-relacionam para a experiência afectiva de segurança emocional e que se desenvolvem a partir das representações de vinculação. Como resposta a situações de discórdia conjugal a criança reage ao afecto negativo e à ansiedade tentando criar mecanismos de controlo (que restabeleçam a sua segurança emocional) da sua própria ansiedade como também dos comportamentos dos adultos envolvidos no conflito.

A teoria da segurança emocional (Davies *et al.*, 1998) propõe que a exposição à discórdia interparental pode tornar as crianças emocionalmente mais reactivas a posteriores agentes de stress enquanto a teoria das emoções específicas. Por seu lado, Crockenberg e Langrock, (2001) argumentam que um tipo de emoção particular que as crianças experienciam como resposta a conflitos vai determinar o tipo de problemas de adaptação que podem desenvolver. Por exemplo, quando falamos de crianças provenientes de famílias intactas, uma das principais ameaças causada pelo conflito é a possibilidade dos seus pais se divorciarem. Por outro lado, crianças cujos pais se tenham divorciado podem sentir-se ameaçadas pela real possibilidade de que serão colocadas no conflito dos pais ou que a hostilidade interparental irá afectar a sua relação com os seus pais. “...confusão patética e nada inocente entre divórcio conjugal e parental, já que os cônjuges se divorciam um do outro, não dos filhos” (Pereira, 2009, p. 39). Uma vez que muitos destes desentendimentos são propícios a envolver temas relacionados com a parentalidade como custódia parental, as crianças podem sentir-se particularmente culpadas por causar este tipo de problemas e podem sentir-se responsáveis em ajudar na sua resolução. Assim, crianças provenientes de ambientes familiares discordantes (pais conflituosos) apresentam preocupações acerca do seu sentido de segurança. Neste tipo de ambiente familiar, os conflitos conjugais tendem a intensificar-se em ataques de hostilidade, proliferam em relações perturbadas entre pais-filhos e significam uma potencial instabilidade familiar (Davies, Cummings & Winter, 2004).

Parece então que crianças expostas repetidamente a elevados níveis de hostilidade marital são propensas a experimentar bastantes dificuldades em preservar a sua segurança emocional como se verifica na manifestação de alguns sinais de angústia desregulada, evitamento ou envolvimento nas disputas parentais assim como representações negativas do significado que o conflito conjugal poderá ter para o seu bem-estar.

Finalmente, como já foi recorrentemente referido, presenciar o conflito interparental é uma experiência emocionalmente marcante para as crianças. Neste sentido, o Modelo das Emoções Específicas (Crockenberg & Langrock, 2001) postula que o tipo de emoções que a criança experiencia quando observa a discórdia interparental reflecte as suas avaliações. Assim, a ansiedade surge quando uma meta é sentida como ameaçada, a tristeza ocorre quando a meta é percebida como uma perda. Ameaça, culpa e stress emocional são relatados quando os pais exibem maiores níveis de hostilidade e agressão e também quando falham na resolução dos seus desentendimentos e discutem temas relacionados com as próprias crianças (Cummings, Goeke-Morey, & Papp, 2003; Cummings, Goeke-Morey, Papp, & Dukewich, 2002; Grych & Fincham, 1993 *in* Fosco & Grych, 2007).

1.3 O efeito do conflito (inter)parental nos jovens

Alguns estudos revelam que o modo como os jovens percebem os conflitos dos pais apresenta uma considerável influência para a construção das suas próprias relações românticas (Kinsfogel & Grych, 2004). Com efeito, um factor importante para a interpretação do conflito interparental reporta-se ao relacionamento pais-filhos parecendo que jovens adultos que experienciam uma pobre qualidade relacional com os pais podem prolongar este relacionamento deficitário até à idade adulta, mesmo que os filhos já não residam com os pais e/ou não estejam directamente expostos ao conflito parental. De acordo com Amato (2000), jovens adultos expostos a precários modelos parentais de comportamento interpessoal podem experienciar maior ansiedade acerca da participação nas relações e podem ter maiores dificuldades em criar relacionamentos estáveis e satisfatórios podendo desenvolver expectativas de reduzido apoio, elevados conflitos e resultados negativos nas suas próprias relações (Riggio, 2004).

Também em relação aos adolescentes podemos afirmar que a família pode servir como factor protector enquanto apoio para lidar com situações problemáticas mas, por outro

lado, os processos familiares podem interromper o ajustamento psicossocial dos adolescentes. Neste sentido, verifica-se a existência de um factor de risco, o conflito interparental, que afecta desfavoravelmente o desenvolvimento dos adolescentes e, subsequentemente, as suas percepções de satisfação, segurança e apoio fornecido pela família e pelas relações pais-adolescentes (Unger, McLeod, Brown & Tressell, 2000).

As percepções dos adolescentes relativamente ao conflito interparental podem ser importantes para a compreensão da sua actividade amorosa uma vez que as relações parentais são, para esta população, uma forma de aprendizagem das relações românticas (porventura os nossos pais constituem o primeiro modelo de casal que observamos). Se os adolescentes observam que os pais estão emocionalmente indisponíveis um com o outro ou são incapazes de resolver conflitos é mais provável que exibam características similares tanto no ambiente familiar como socialmente. A satisfação conjugal e parental, por exemplo, constituindo-se como o reflexo de uma pobre resolução de conflitos e de regulação do afecto está relacionada com variáveis como a auto-estima, a frequência de relações de namoro e grau de seriedade com o companheiro. Assim, a percepção de conflito entre os pais parece estar associada a estratégias pouco construtivas de resolução de conflitos por parte dos adolescentes para com os seus parceiros românticos contudo, esta associação parece ser mediada por factores pais-adolescentes.

Steinberg, Davila & Fincham (2006) num estudo cujo objectivo se centrava em examinar as associações entre conflito interparental, vinculação segura entre pais-adolescentes, expectativas conjugais dos adolescentes e experiências amorosas revelou que a percepção de elevados níveis de conflito interparental manifestava-se na incapacidade de se sentir próximo aos pais o que, por sua vez, estava associado a sentimentos pessimistas dos adolescentes em futuras relações. Estes resultados são consistentes com a visão de que perceber o conflito dos pais no casamento pode conduzir os adolescentes a uma perspectiva negativa dos pais ou a senti-los como indisponíveis (se as suas energias são mais canalizadas para o conflito do que para o adolescente) o que, por sua vez, se manifesta em baixos níveis de proximidade/intimidade com os pais.

1.4. Violência no namoro e a hipótese da transmissão intergeracional da violência

Recentemente, tem-se assumido algumas relações entre conflito conjugal e a emergência de violência parecendo que jovens adultos podem aprender com os seus pais estratégias negativas de resolução do conflito que, em última instância, conduzem à emergência de violência relacional (Duarte, 2005). Significa então que falamos da transmissão intergeracional de violência como um dos mais estudados factores de risco para a violência nas relações familiares surge através da experiência ou observação da violência na família de origem (Langhinrichsen-Rohling, Hankla & Stormberg, 2004). Especificamente no campo da violência em relações de namoro, a investigação tem-se centrado nas atitudes sobre agressão. Riggs e O'Leary (1989, 1996, *in* Kinsfogel *et al.*, 2004) propuseram que adolescentes que observam comportamentos agressivos entre os pais são mais propensos a considerar este tipo de interacção aceitável e, consequentemente, serão mais propensos a agir abusivamente quando surgirem conflitos com o seu parceiro romântico.

Vários mecanismos têm sido propostos para este processo de transmissão como por exemplo, predisposição genética, aprendizagem social e técnicas pobres de resolução de conflitos. Indivíduos que aprendem a violência como típica, comum, aceitável e/ou comportamentos fortemente carregados de negatividade nas relações serão mais propensos a reproduzir este tipo de comportamentos nas suas próprias relações em adultos quando comparados com indivíduos que não realizaram este tipo de aprendizagem. Para além disso, as relações negativas e expectativas específicas de cada parceiro têm sido associadas a um aumento da ansiedade conjugal e menor eficácia comportamental no decorrer dos conflitos maritais. Desta forma, os estudos nesta área sugerem e enfatizam que as cognições aprendidas na família de origem continuam a ter especial importância na influência em comportamentos e crenças nas relações actuais (Miller & Bradbury, 1995 *in* Langhinrichsen-Rohling *et al.*, 2004). Os investigadores Dostal e Langhinrichsen-Rohling (1997), num estudo com jovens universitários que relatavam serem vítimas dos pais (figura masculina), consideravam-se eles próprios como menos capazes para realizar determinados comportamentos relacionais. Estes estudantes apresentavam menos confiança na sua capacidade para manter uma relação duradoura de casamento quando comparados com estudantes considerados não-vítimas. Os mesmos investigadores demonstraram ainda que a violência na família de origem estava associada com grande preocupação acerca da parentalidade. Deste modo, a

violência familiar parece ser um forte preditor acerca da violência relacional entre adultos (Stith *et al.*, 2000; Kalmuss, 1984; Hotelling & Sugarman, 1986; Carr & Van Deusen, 2002 *in* Lichter & McCloskey, 2004).

Como referem Langhinrichsen-Rohling e colaboradores (2004) atribuições acerca das relações parentais têm sido relacionadas com atribuições acerca das actuais relações íntimas dos indivíduos. Os mesmos autores propuseram que indivíduos que crescem em famílias violentas incorporam a violência como um comportamento relacional que é semelhante a outros comportamentos de conflito não violentos como, por exemplo, gritar. Esta sequência de eventos faz com que se torne mais provável que o comportamento de violência volte a ocorrer nas relações actuais bem como noutras interacções conflituosas.

Um estudo conduzido por Lichter e McCloskey (2004) revelou que jovens que cresceram em casas onde predominava a violência conjugal não perpetuavam ou recebiam mais violência nas suas relações de namoro quando comparados com jovens provenientes de ambientes familiares caracterizados por poucos conflitos ou famílias não violentas. Contudo, jovens expostos a violência interparental durante a infância tornam-se mais propensos a desenvolver atitudes de violência como uma forma justificável de resolução do conflito nas relações.

Ainda segundo Linder e colaboradores (2002) quando os estudos se reportam a jovens adultos, a utilização de agressão relacional com pares está associada a rejeição dos pares, personalidade anti-social, personalidade *borderline*, depressão e perturbações no comportamento alimentar. Pouco se sabe acerca da utilização da agressão relacional para com os parceiros românticos. Os mesmos autores mencionam que a agressão relacional romântica e vitimização estão associadas, em jovens adultos, a personalidade anti-social e *borderline* nos indivíduos do sexo masculino e ao aparecimento de depressão nas mulheres.

2 – Relações Românticas

Nas duas últimas décadas, as relações românticas têm emergido como um tópico de estudo considerável ao nível de várias disciplinas. A maior parte da literatura empírica tem-se focado nas relações românticas na adolescência e menos atenção tem sido dada aos preditores da qualidade na relação adulta.

Contudo, é consensual considerar-se que a jovem adultícia, considerada a partir dos 18 anos de idade, e também denominada de adultez emergente (Arnett, 2000), se constitui uma fase importante para o desenvolvimento de relações românticas. Indivíduos nesta faixa etária assumem como elevada prioridade a descoberta de um companheiro a longo prazo. Aos 15 anos de idade a maior parte dos adolescentes relata ter tido uma relação de namoro nos últimos três anos (Feiring, 1996) e, mais tarde, relatam estar envolvidos numa relação romântica (Brown, 2004). Segundo Furman e Buhrmester (1992) os companheiros românticos tornam-se uma fonte de apoio extremamente importante apesar da família e dos amigos permanecerem como figuras significativas ao longo da adolescência (Matos, 2006). Na transição da adolescência para a idade adulta as relações românticas tornam-se comuns. Nesta transição etária, a natureza e qualidade das relações amorosas sofre transformações, tornando-se mais estáveis, exclusivas e com tendência a valorizar o compromisso.

Arnett (2000 *in* Lehnart & Neyer, 2006) refere que dos 18 aos 30 anos de idade uma das características é a exploração de diferentes estilos de vida especialmente das relações românticas. No entanto, esta fase não é apenas caracterizada pela exploração surgindo, desta forma, uma concepção mais séria das relações bem como algumas questões relacionadas com a qualidade, duração, constituição de família, etc.

Os indivíduos não iniciam relações íntimas românticas como “tábuas rasas”, isto é, as relações são construídas através de estruturas de conhecimento ligadas a atitudes, expectativas, atribuições causais e crenças que, por sua vez, são influenciadas por experiências relacionais pessoais e por intermédio das observações de outras relações como a relação interparental. Estas crenças são consideradas saudáveis quando facilitam a adaptação dos indivíduos às relações e ao seu próprio crescimento. Por outro lado, crenças relacionais disfuncionais são definidas como extremamente exageradas, rígidas, ilógicas, absolutistas relativamente à natureza das relações, acerca de si próprio e dos outros numa relação (Ellis, 1993, 2003).

Segundo Fletcher e Kininmonth (1992) as crenças relativas às relações românticas são consideradas como uma espécie de estrutura do conhecimento, esquema ou julgamento que estão ligados a todos os aspectos das relações íntimas. Os mesmos autores enfatizam que as crenças são vistas como componentes ou constructos afectivos como emoções ou atitudes. Contudo, as crenças que se aplicam a relações íntimas específicas constituem-se teoricamente distintas das que se aplicam a relações íntimas de forma geral o que nos remete para a atribuição do significado. Aquilo que pode ser considerado um ponto irrelevante na generalidade das relações pode constituir-se numa relação particular uma circunstância indispensável para o seu sucesso e bem-estar.

Na construção de uma relação amorosa, os parceiros românticos transportam consigo uma história pessoal que decorreu numa determinada família e cujos efeitos se repercutem ao longo do tempo (Duarte, 2005). Neste sentido, considera-se importante a percepção que os indivíduos têm relativamente à relação interparesseal pois através das experiências familiares são retiradas informações acerca do funcionamento das relações, em que processos se baseiam para a sua manutenção assim como o significado atribuído a determinado evento relacional. Assim, cada um dos elementos do casal é portador das cláusulas de um contrato psicológico (Granger, 1980; Narciso, 1994 *in* Silva & Relvas, 2007). Este contrato resulta da história e cultura pessoais e das ideias que cada um tem acerca das relações e sobre os comportamentos a adoptar. Nesta questão torna-se pertinente a inclusão de alguns componentes como o compromisso que ambos assumem na relação. O novo sistema que é criado deve ser flexível, dinâmico, dotado de regras que vão ter que ser organizadas com vista ao desenvolvimento de atitudes de cooperação e capacidades para lidar com os conflitos, de modo a que os elementos envolvidos possam proceder às suas alterações assim que os acontecimentos o exijam (Silva & Relvas, 2007).

Segundo Collins e Van Dulmen (2005) o termo relação refere-se a um par de pessoas que são interdependentes uma com a outra na medida em que cada pessoa afecta e é afectada pelo comportamento da outra ao longo do tempo. Deste modo, a união amorosa envolve um compromisso e construção. Como referem Silva e Relvas (2007) quando o casal acontece já não está apenas um ou dois mas estão três. Estes “três” incluem o *eu*, *tu* e *nós*, sendo que este *nós* é algo mais do que a mera soma do *eu* e *tu*. Desta forma, a identidade do casal é possível mediante forças opostas de pertença e individuação, dependência e interdependência, proximidade e distância que requerem um processo constante de adaptação e mudança face ao outro (Relvas, 2007) (embora o objectivo

deste estudo não pretenda avaliar cônjuges, parece-nos importante focar o casal como a construção de uma relação entre duas pessoas e não como decorrente de uma relação de casamento). Aylmer (1989) e Erikson (1963, 1968) centram o desenvolvimento de relações íntimas na adolescência tardia e início da idade adulta. Erikson (1968) concebeu o desenvolvimento de relações românticas numa mudança psicossocial que é experimentada na fase “intimidade versus isolamento” permitindo ao jovem adulto manter o compromisso nas relações íntimas duradouras (Robinson, 2001). Nesta etapa, os indivíduos lutam para desenvolver formas mais maduras de se relacionarem incluindo a experimentação e desenvolvimento de segurança nas relações românticas (Medora, Larson, Hortaçsu & Dave, 2001). A resolução desta crise permite ao jovem adulto manter o compromisso nas relações íntimas duradouras.

A transição da adolescência para a idade adulta constitui um período em que o investimento e compromisso são centrais nas relações íntimas (Arnett 2000, Erikson 1963, White 1966, *in* Robins, Caspi e Moffitt, 2002). Estes dois conceitos são distintos. Como refere Costa (2005), enquanto o investimento apresenta um carácter mais afectivo, intrapessoal que envolve significados, o compromisso é fundamentalmente interpessoal e apresenta uma dimensão mais social e cognitiva. Desta forma, os pensamentos, sentimentos e comportamentos que ocorrem no contexto de uma relação não são apenas gerados pela diáde mas também pelos processos microinteraccionais que o indivíduo cria (Costa, 2005). A pessoa traz histórias para as relações e estas são, em parte, capturadas por traços estáveis de personalidade. Estas histórias imbuídas de significados constituem-se fundamentais para a compreensão de muitos comportamentos que o indivíduo adota perante o parceiro romântico.

O conceito de intimidade envolve uma construção no tempo e no espaço, refere-se a uma “capacidade individual e relacional desenvolvida ao longo da vida tomando formas e significados diferentes de acordo com características e propriedades das relações” (Costa, 2005, p. 70-71). Falamos de um processo de se dar a conhecer um ao outro - *self-disclosure*.

De acordo com Steinberg, Davila e Fincham (2006), a incapacidade para desenvolver e manter relações românticas de sucesso está associada a stress físico e psicológico. Um ambiente familiar marcado por afectividade, estrutura e disponibilidade emocional poderá promover no adolescente uma saudável habilidade para a construção de intimidade e relacionamentos (Collins & Sroufe, 1999; Furman & Wehner, 1994; Steinberg, Davila & Fincham, 2006).

Não podemos falar de relações românticas sem abordar as teorias da vinculação uma vez que uma relação amorosa é também uma relação de vinculação. As teorias da vinculação sugerem que os modelos de funcionamento podem ser modificados de acordo com a natureza da qualidade das relações pais-filhos. A teoria de Bowlby, traçada de acordo com duas proposições empíricas verificáveis: as experiências de vinculação na infância (pais-filhos) e na idade adulta (experiências românticas) representam um papel único na modelação da segurança nas relações amorosas adultas; as primeiras experiências influenciam as relações amorosas numa dimensão para o estabelecimento das expectativas e crenças acerca das relações com os companheiros na idade adulta. A primeira proposição enfatiza a rota individual da segurança romântica do adulto e as primeiras relações de vinculação. A segunda proposição direcciona a atenção para o significado único das primeiras experiências. De acordo com esta teoria, os vínculos afectivos reflectem necessidades humanas universais para o conforto e sentido de segurança e representam um papel central na promoção social e emocional do desenvolvimento da criança.

A teoria da vinculação de Bowlby serviu também como ponto de partida para uma série de investigações nomeadamente das relações amorosas na idade adulta. Esta teoria fala-nos na necessidade de ter figuras de vinculação desde o nascimento até à morte (Costa, 2005). Como referem Sumer e Cozzarelli (2004), uma parentalidade responsável e sensível pode conduzir à formação de modelos mentais positivos do *self* como competente e dos outros como afectuosos e dignos de confiança. Por outro lado, uma inconsistência repetida e rejeitante assim como uma parentalidade intrusiva pode levar à formação de modelos mentais negativos do *self* como incompetente e dos outros como não sendo dignos de confiança. Quando estas expectativas acerca do *self* e dos outros estão formadas e cristalizadas tornam-se resistentes à mudança (Collins & Allard, 2001 in Sumer & Cozzarelli, 2004). Ao contrário das relações de vinculação na infância, na idade adulta “a reciprocidade das funções de vinculação é essencial a um equilíbrio entre proximidade e distância” (Duarte, 2005, p.10).

Hazan & Shaver (1987 in Furman, Simon, Shaffer & Bouchee, 2002) propuseram que as representações das relações pais-criança terão provavelmente influência nas representações das relações românticas uma vez que ambas apresentam funções similares de vinculação. As mesmas autoras em função dos estilos de vinculação: seguro, ansioso, ambivalente e evitante, referem que uma pessoa com uma representação segura de vinculação parental sentir-se-á confortável em recorrer ao

parceiro romântico em situações de stress. Um indivíduo com um estilo ansioso-evitante de vinculação parental sentir-se-á relutante em depender no parceiro romântico. Um sujeito que possua uma representação ambivalente (preocupado) de vinculação aos pais poderá sentir-se inseguro relativamente à disponibilidade do parceiro romântico e, desta forma, sente dificuldades em ser confortado pelo parceiro.

A investigação tem sugerido que os adolescentes que apresentam relações seguras com os seus pais, demonstram menores níveis de stress emocional e revelam elevados níveis de apoio social e são considerados pelos pares como mais ego-resilientes, menos ansiosos e menos hostis sugerindo que as experiências pais-criança têm implicações para a forma como o adolescente interage com o parceiro romântico e como o adolescente interpreta os seus comportamentos e atitudes (Welsh *et al.*, 2003).

Segundo Silva e Relvas (2007, p.199) o amor “é um estado emocional espontâneo, integrado por uma activação fisiológica, uma confusão de sentimentos, uma absorção intensa e um desejo avassalador”. Alguns investigadores debruçaram-se sobre o estudo do amor tendo, assim, surgido algumas teorias do amor.

As experiências românticas na adolescência representam um papel fulcral no desenvolvimento de futuras relações amorosas significativas. À luz da teoria de Furman e Wehner (1994), numa fase inicial da adolescência companheiros românticos servem mais como companheiros/amigos fornecendo experiências de cooperação e reciprocidade. Numa fase mais avançada estes aspectos são menos pronunciados e evidenciam-se mais componentes de suporte, conforto e cuidado.

As relações românticas da adolescência (Laursen, 1996) são similares às relações de amizade uma vez que ambas envolvem suporte, intimidade e companheirismo (La Greca & Harrison, 2005). Segundo Furman e colaboradores (2002) características como colaboração, co-construção, reciprocidade, trocas simétricas constituem-se centrais tanto nas relações de amizade como nas relações românticas. Connolly, Furman e Konarski (2000) e La Greca (2004) sugerem que adolescentes que apresentam uma boa qualidade na relação romântica, terão também uma melhor qualidade nas relações de amizade e uma melhor competência social. Para Connolly e Goldberg (1999), a distinção entre estas relações é feita quando os adolescentes referem paixão, compromisso, e intimidade sexual como características específicas da relação romântica (La Greca *et al.*, 2005).

La Greca e colaboradores (2005) mencionam um estudo (Davila *et al.*, 2004) no qual é sugerido que adolescentes que experienciaram situações de stress na sua relação

romântica revelaram altos níveis de sintomas depressivos em comparação com pares que não tinham uma relação romântica. Este dado remete-nos para a acentuada importância e impacto que as relações amorosas produzem na vida dos adolescentes assim como para a construção de expectativas e crenças decorrentes de experiências anteriores.

Erikson (1968) preconizou a necessidade que um indivíduo tem em possuir uma maturidade do *self* antes de se tornar íntimo de alguém. A emergência da actividade romântica pode ser vista como parte de um processo generalizado de desenvolvimento de autonomia emocional que inicialmente ocupa lugar na família e, mais tarde, no contexto dos pares. Gray & Steinberg (1999) propuseram que o desenvolvimento de interesses românticos está ligado à separação e individualização da família.

Seiffge-Krenke (2003) remete-nos para a teoria do desenvolvimento romântico de Furman & Wehner (1997), segundo a qual as relações românticas são caracterizadas por vinculação, afiliação, o cuidar e sexualidade-reprodução. Os mesmos autores apontam que relações pais-filhos revelam-se deveras importantes nesta fase uma vez que, por um lado a vinculação e o processo de cuidar tornam-se mais salientes, por outro lado, as relações com os pais tornam-se mais igualitárias e podem servir como modelo nas relações românticas. No desenvolvimento de uma relação, o parceiro romântico assume uma importante posição na hierarquia do adolescente substituindo, assim, pais e pares.

Brown (1999, *in* Seiffge-Krenke, 2003) propôs o desenvolvimento de relações românticas no decorrer da adolescência em quatro fases. As duas primeiras (relativamente ao objectivo deste estudo estas fases não enquadram as idades que se pretende investigar - jovens adultos a partir dos 17/18 anos de idade), fase inicial e fase de *status* centram-se mais no *self* e menos na relação sendo esta usada muitas vezes para obter ou aumentar aceitação social dos pares. O interesse e a atracção por um par poderá ter diversas motivações e em fases mais precoces da adolescência as relações centram-se no estatuto e prestígio social. A fase de afecto (aproximadamente dos 17 aos 20 anos de idade) corresponde a uma etapa em que os parceiros estão orientados para relações afectivas, geram sentimentos profundos de compromisso e expressam significativos níveis de cuidado com o outro envolvendo-se numa relação sexual intensa. A fase de compromisso (aproximadamente aos 21 anos de idade – transição para a idade adulta) revela-se numa etapa em que os indivíduos esperam manter uma relação profunda típica

da fase de afecto e adoptam uma perspectiva mais pragmática. A possibilidade de permanecer com o parceiro romântico para toda a vida é um ponto central.

Um estudo longitudinal que seguiu durante 8 anos 103 participantes (Seiffge-Krenke, 2003) revelou que sujeitos aos 21 anos de idade desenvolviam relações sérias, íntimas e longas de acordo com aquilo que Brown (1999) descreve como característico na fase de compromisso. O mesmo estudo revelou que à medida que a relação romântica progride para a fase de compromisso o apoio dos pares decresce e o parceiro romântico torna-se claramente a figura mais importante que presta apoio.

Na transição para a idade adulta as relações amorosas perdem a sua característica casual tornando-se mais sérias verificando-se, assim, um aumento da sua duração média bem como mudanças na qualidade das relações (Furman *et al.*, 1999; Gordon & Miller, 1984 *in* Seiffge-Krenke, 2003).

Alguns autores (Feldman, Gowen & Fisher, 1998 *in* Seiffge-Krenke *et al.*, 2001, 2003) realçam que características como coesão, flexibilidade e aliança consistente experimentadas por adolescentes nas suas relações parentais têm sido preditoras de experiências de alegria, afinidade e atracção em relações românticas de jovens adultos. Numa perspectiva desenvolvimental, as relações românticas são construídas com base em experiências de relações anteriores. Conger, Cui, Bryant e Elder (2000) encontraram nos seus resultados de uma investigação que adolescentes que experienciavam envolvimento e cuidado parental mostravam, subsequentemente, maior ternura e menor hostilidade nas suas interações com os companheiros românticos. Daqui, decorre a importância das relações interparentais como forma de aquisição de determinados padrões relacionais.

Os indivíduos iniciam as relações com crenças pré-existentes acerca da forma como a relação deve funcionar, quais as características que as tornam satisfatórias e gratificantes, quais são as regras pelas quais devem guiar os seus comportamentos relacionais para com os parceiros e assim por diante. Estas expectativas generalizadas das relações são conhecidas de diversas formas: como esquemas relacionais (Baldwin, 1992; Surra & Bohman, 1991), teorias implícitas das relações (Fletcher & Thomas, 1996; Knee, 1998) e crenças acerca das relações (Fletcher & Kininmonth, 1992).

Quando uma relação é considerada como tendo potencialidades para se tornar romântica, o conjunto de expectativas e crenças que constituem o ideal romântico torna-se mais propício a emergir. Estas crenças podem exercer importantes influências na atracção inicial e podem constituir recursos valiosos para a coordenação de fases iniciais

do desenvolvimento das relações (Knee, 1998). No entanto, é possível que as crenças românticas (alguns esquemas relacionais) sejam alvo de modificação e adaptação como resposta às experiências de relações particulares. As crenças amorosas podem conduzir a determinados resultados, por exemplo, levam a altos níveis de amor e satisfação. Por outro lado, os resultados das relações podem fortalecer (ou destruir) as crenças românticas (parceiros apaixonados e satisfeitos acreditam de forma mais convicta nas crenças românticas).

Sprecher e Metts (1999) no seu trabalho de validação da Escala de Crenças Românticas, mostraram que os seus resultados indicavam que indivíduos que apresentavam elevada pontuação no romantismo tendiam a amar e gostar mais do parceiro, experienciavam um amor mais apaixonado e relatavam menor número de encontros amorosos antes de experimentarem o amor. A pontuação na referida escala, revelou associação entre estilos de amor. Especificamente o romantismo estava correlacionado positivamente com “Eros” e “Agape” e correlacionado negativamente com “Ludus”. O romantismo estava igualmente associado com a tendência para pensar na relação quando o companheiro não está presente e, particularmente, pensar afectivamente no amor na relação. Como referem Sprecher e Metts (1999) estes factores, conjuntamente, sugerem que as crenças românticas estão associadas ao amor, e à paixão. Contudo, não é muito claro quando as crenças românticas estão associadas com qualidades da relação de namoro menos relacionadas com o amor romântico, em especial, satisfação e compromisso. Portanto, aspectos da qualidade das relações podem não exibir elevada associação com as crenças românticas dos parceiros. Por outro lado, tem sido discutido que sentimentos de onnipotência, vínculo emocional e características de indivíduos que apresentam fortes crenças românticas podem moldar a capacidade e disposição dos parceiros para superar mudanças nas relações e, assim, tornar a relação mais gratificante.

No desenvolvimento de novas relações, os companheiros adaptam os seus esquemas às experiências vividas em relações particulares. Contudo, a existência de um esquema relacional (crenças amorosas) anterior à formação da relação sugere que são mais propensos à causalidade antecedente do que à emergência das qualidades da relação.

Murray e Holmes (1997 *in* Sprecher & Metts, 1999) revelaram que as ilusões positivas acerca da relação e do parceiro como por exemplo, idealização do parceiro, assumir que o conflito pode ser evitado ou controlado, optimismo acerca do futuro da relação, eram mais susceptíveis a influenciar a qualidade da relação do que o inverso. As mesmas

autoras, especularam que o optimismo inerente às ilusões positivas leva, provavelmente, os casais a estabelecer padrões de interacção e atribuição de preconceitos que sustentam e aumentam a qualidade da relação. No entanto, as atitudes românticas podem estar ligadas à intensidade de experiências positivas na relação, estas podem não predizer a duração da relação ao longo do tempo.

Knee (1998) num estudo acerca das teorias implícitas das relações, identificou dois tipos de estruturas de crenças nas relações. Um deles refere-se a um aumento das crenças, ou seja, as boas relações são acompanhadas por um árduo trabalho, o outro tipo de crenças baseia-se no destino e, desta forma, a relação resulta se assim tiver de acontecer. Este autor encontrou que para indivíduos com elevadas crenças no destino, o nível inicial de satisfação da relação era um indicador particularmente importante para a manutenção da relação. Contudo, na primeira avaliação deste estudo, aqueles que acreditavam no destino romântico tendiam a ter relações mais duradouras num período de seis meses. No entanto, crenças acerca da relação actual e crenças acerca da generalidade das relações não são isomórficas (Reis & Knee, 1996 *in* Sprecher & Metts, 1999), o optimismo é comum nas duas situações.

Numa fase inicial da relação de namoro é relativamente simples para os indivíduos românticos acreditarem que o amor vence tudo, que o parceiro e a relação são ideais e que o amor à primeira vista é possível. Quando surgem evidências do contrário alguns indivíduos optam simplesmente por terminar a relação (Sprecher & Metts, 1999). Para aqueles que ficam juntos espera-se que elevados níveis de idealismo cedam para expectativas mais realistas ao longo do tempo à medida que o casal enfrenta as mudanças inerentes à interdependência.

Os ideais românticos podem experimentar mudanças como resultado de avaliações que os parceiros realizam dos pontos de transição no decorrer da relação.

Como é natural, nem todas as relações de namoro prosseguem para o casamento, algumas experienciam dissolução. Contudo, alguns investigadores têm explorado as formas como os parceiros românticos elaboram ou modificam o esquema relacional pré-existente em resposta a eventos da sua relação actual. Os resultados de um estudo realizado por Sprecher e colaboradores (1999), revelaram que o romantismo estava fortemente correlacionado com a qualidade da relação (amor, satisfação e compromisso) tanto para homens como mulheres. Da mesma forma, crenças positivas acerca das relações tendem a estar associadas a sentimentos e experiências positivas. É possível que as crenças românticas forneçam uma espécie de “panorama afectivo” que permita

que indivíduos com elevados níveis de idealização terminem a relação quando verificam que as suas expectativas românticas não estão a ser concretizadas como Knee (1998) observou em indivíduos que possuíam elevados níveis de crenças no destino.

Collins e Van Dulmen (2006) propuseram que as experiências iniciais nas relações com os pais e pares influenciam a qualidade das primeiras relações amorosas. Tanto as relações com os pais como com os pares fornecem oportunidades para a elaboração de expectativas, comportamentos que podem transferir-se para relações amorosas subsequentes, que potencialmente afectam a qualidade da relação.

Alguns estudos têm demonstrado que existem diferenças de género relativamente a preditores da qualidade da relação romântica. A investigação tem sugerido que as raparigas são mais orientadas para a relação e investem mais no desenvolvimento íntimo do que os rapazes, quando comparadas com os rapazes, estão mais focadas na relação e nos seus objectivos e antecipam angústia quando sentem que a sua relação está ameaçada (Crockett & Randall, 2006). As raparigas valorizam igualmente o cuidar e a ligação nas suas relações (Shulman & Scharf, 2000). Segundo Wood (2000) as mulheres assumem grande responsabilidade para a manutenção da relação amorosa adulta. Embora ambos os parceiros contribuam para a qualidade da relação romântica, as mulheres estão mais motivadas para tal e a sua competência relacional pode ter um impacto bastante relevante na relação. Sendo assim, as habilidades de negociação e de resolução dos conflitos que as mulheres transportam para a relação podem desempenhar uma maior influência, do que os homens, na determinação da qualidade da relação adulta.

Os conflitos são uma característica fulcral nas relações íntimas e as capacidades de resolução dos mesmos têm sido associadas empiricamente à qualidade e satisfação das relações adultas (Bradbury *et al.*, 1998 *in* Crockett & Randall 2006). Certos comportamentos de gestão dos conflitos parecem ser benéficos para relações amorosas saudáveis.

Num estudo realizado por Noller e Feeney (1998) que seguiu casais durante um período de dois anos, elevada satisfação conjugal estava associada com elevadas discussões e menor utilização de técnicas de resolução dos conflitos baseadas no evitamento e na coerção. A manutenção de relações satisfatórias parece estar associada a comportamentos de conflitos onde são consideradas ambas perspectivas dos parceiros. Pelo contrário, a tentativa dos parceiros para impor e dominar a sua posição revela-se prejudicial. Também Reese-Weber e Bartle-Haring (1998 *in* Crockett *et al.* 2006)

verificaram num estudo que indivíduos numa fase tardia da adolescência relataram que estilos de resolução de conflitos nas suas interações com os pais, como por exemplo, ataque e evitamento, estavam associados com os estilos que relatavam ter com os parceiros românticos. Deste modo, a forma como os adolescentes aprendem os conflitos na família e na relação com os pares pode ser transferida para as suas relações românticas adultas e ajudam a explicar as associações entre a qualidade das relações interpessoais dos adolescentes e a relação amorosa adulta.

Os resultados de uma investigação de Crockett e Randall (2006) vão ao encontro dos resultados de estudos longitudinais que documentam associações entre práticas familiares ou relações pais-filhos na adolescência e qualidade das relações amorosas em jovens adultos (Collins & Van Dulman, 2006; Conger *et al.*, 2000). Em contraste, as relações entre pares na adolescência pareciam ter pouco impacto nas relações adultas românticas o que entra em oposição com estudos (Collins & Van Dulmen, 2006; Connolly *et al.*, 2000; Furman, 1999) que examinam o papel da amizade nas relações amorosas na idade adulta. Contudo, é consistente com algumas investigações em jovens adultos em que a qualidade das relações pais-adolescentes (e não qualidade das relações de amizade), têm um efeito significativo nas relações românticas adultas (Seiffge-Krenke *et al.*, 2001). Crockett e colaboradores (2006) consideram que as relações de pares podem predizer a qualidade da relação romântica na adolescência quando os indivíduos se encontram em fases iniciais da sua aprendizagem acerca das ligações amorosas. À medida que as relações se desenvolvem nos jovens adultos, e adquirem um carácter mais sério levam potencialmente a relações mais duradouras e, neste sentido, a aprendizagem obtida das experiências familiares de origem tende a prevalecer. Esta explicação é baseada no modelo desenvolvimental das relações românticas proposto por Furman e Wehner (1994, 1997).

CAPÍTULO II - Estudo Empírico

1. Questões de investigação

Constatamos que muitos são os estudos que abordam os efeitos do conflito interparental em crianças e adolescentes (e.g., Crockenberg & Langrock, 2001; Davies & Cummings, 1998; Davies, Cummings & Winter, 2004; Grych & Fincham, 1990). Contudo, verificamos serem escassas as investigações referentes ao impacto do conflito conjugal nos jovens adultos assim como nas implicações que este pode ter na construção de relações amorosas. Desta forma, com o presente trabalho, pretende-se investigar algumas questões que consideramos pertinentes nesta faixa etária (jovens adultos).

Deste modo, este estudo empírico tem como principais objectivos perceber de que forma os jovens adultos percebem e interpretam os conflitos parentais e de que forma estas percepções causam impacto na construção de crenças acerca das suas relações românticas.

Assim, será possível que jovens adultos que, ao longo da sua vida, presenciaram de forma frequente conflitos interparentais negativos construam uma ideia de que as relações são dotadas de um carácter negativo, aceitando esses comportamentos de forma passiva, querendo reproduzi-los em futuras relações ou que, por outro lado, construam a ideia de que existem formas construtivas de resolver os conflitos e que estes até podem significar um desequilíbrio para voltar a equilibrar o sistema? Contudo, sabemos que estas crenças vão ser modeladas através de outras variáveis como frequência, intensidade, qualidade da relação conjugal e parental, variáveis não controladas neste estudo.

O nosso trabalho abrange algumas variáveis demográficas, nomeadamente o sexo, idade, estar ou não envolvido numa relação romântica e qual a sua duração. Neste sentido e tendo em conta estas variáveis apresentam-se as seguintes questões de investigação. No entanto, como são escassas as investigações com adultos emergentes neste domínio, queremos clarificar que a maior parte delas são elaboradas a título exploratório. Assim:

Q1. Esperamos diferenças de sexo nas crenças amorosas.

A maior parte dos estudos (e.g., Costa, 2003) revela serem as mulheres a possuírem crenças mais associadas à relevância do investimento nas relações sendo os homens mais instrumentalistas e autônomos face às mesmas. Contudo, nas sociedades ocidentais caminhamos cada vez mais no sentido da androginia, que dirão os nossos resultados?

Q2. Espera-se que indivíduos mais velhos apresentem crenças românticas baseadas na intimidade.

Colocamos esta questão a nível exploratório no sentido em que esperamos que os indivíduos mais velhos justamente por já terem vivenciado uma ou mais experiências de relacionamento amoroso, apresentem percepções das relações amorosas mais estáveis, comprometidas e também investidas, ou seja por terem “resolvida” a questão da identidade, sejam mais maduros (Shulman & Scharf, 2000).

Q3. Para jovens que estão envolvidos numa relação romântica, espera-se que apresentem mais crenças ao nível da intimidade quando comparados com jovens que não mantêm uma relação.

Da mesma forma que para a questão anterior, esperamos que indivíduos envolvidos num relacionamento apresentem maiores níveis de crenças na intimidade, justamente porque possuem esta experiência interiorizada.

Q4. Esperamos diferenças de sexo relativamente à percepção do conflito interparental.

A literatura (e.g., Kinsfogel & Grych, 2004) sugere que existem diferenças no sentido em que indivíduos do sexo feminino são mais sensíveis na forma como compreendem o conflito nomeadamente se este pode ser prejudicial para a relação conjugal. Para indivíduos do sexo masculino, a exposição ao conflito interparental afecta o seu desenvolvimento nomeadamente em questões de resolução de conflitos interpessoais bem como no estabelecimento de relações de namoro saudáveis.

Q5. Esperamos que jovens adultos mais velhos apresentem uma percepção mais elevada relativamente à existência do conflito.

Também a título exploratório, os mais velhos por estarem no seu ciclo de desenvolvimento a passar pela transição da ligação exclusiva aos pais para uma progressiva diferenciação e início de estabelecimento de novos relacionamentos amorosos (relações de namoro), estão mais sensíveis às questões relacionais, porque já as experienciam de outro modo com eles próprios e por isso conferindo especial atenção às questões e problemas que possam surgir nas mesmas.

2. Método

2.1 - Participantes

Neste estudo participaram 177 sujeitos dos 17 aos 28 anos de idade ($M = 21.3$ $DP = 2.33$). Alguns protocolos foram rejeitados uma vez que a idade dos indivíduos não se enquadrava nos objectivos do estudo. Nesta investigação participaram 86 (51.2%) jovens do sexo masculino e 82 (48.8%) do sexo feminino.

A recolha de dados foi efectuada em instituições de ensino superior. Em termos geográficos reportamo-nos à região norte do país, Porto e Vila Real. Os questionários foram aplicados a universitários que estão a frequentar um curso superior sendo a sua distribuição maioritária pelo primeiro (28.5%), segundo (27.3%) e quarto anos (25%).

Dos indivíduos considerados no estudo uma parte significativa do total, 76 (43.4%) jovens, vivem num ambiente familiar intacto caracterizado pelos pais e irmãos e 54 (30.9%) vivem com os pais. Dos restantes, podemos ainda realçar o grupo dos jovens que afirma viver sozinho correspondente a 10 (5.7%) indivíduos e o grupo que vive em famílias monoparentais, ou seja, apenas com pai ou mãe e irmãos é caracterizado por 6 jovens (3.4%). No que se refere ao estado civil dos inquiridos, 162 (94.2%) jovens são solteiros; apenas 10 (5.8%) indivíduos apresentam os estados civis de casado/a, união de facto e divorciado/a / separado/a. Relativamente ao estado civil dos pais, 149 (85.6%) indivíduos mencionaram que os seus pais estão casados entre si; dos 13 (8.8%)

jovens que afirmaram que os seus pais estiveram separados, a maior parte, 11 (91.7%), referiu que a separação foi superior a 2 anos.

No que diz respeito às relações românticas, 112 (63.3%) jovens afirmaram que estão envolvidos num relacionamento romântico e, destes, uma parte significativa, 54 (49.1%) indivíduos afirmaram que o mesmo dura há mais de 2 anos. Para os indivíduos que actualmente não estão envolvidos numa relação romântica, 54 (87.1%) jovens referiram ter tido um relacionamento romântico no passado.

Em relação à situação profissional dos pais, 155 (92.8%) indivíduos referiram que o pai se encontra empregado, 120 (71.4%) jovens caracterizaram as mães na situação de empregadas e 43 (25.6%) indivíduos mencionaram a situação de desemprego das mães.

Finalmente, um dos aspectos demonstrativos da nossa sociedade refere-se ao facto 65.7% jovens (113) afirmarem que ter uma religião, sendo a maioria deles católico (95.5%).

2.2 - Procedimento

O protocolo construído (Anexo 1) foi administrado a jovens universitários pertencentes a várias instituições do ensino superior nomeadamente da Universidade do Porto e da Universidade de Trás os Montes e Alto Douro.

O preenchimento do questionário foi voluntário tendo sido explicado aos jovens o anonimato e confidencialidade dos dados solicitados, assegurando as questões éticas associadas, sendo explicitado para que efeito era solicitada a sua colaboração. Alguns protocolos foram invalidados na medida em que não estavam convenientemente preenchidos e a administração dos mesmos foi efectuada pela autora deste trabalho.

2.3 - Instrumentos

2.3.1 – Questionário Demográfico

O questionário demográfico (Anexo 1) permitiu aceder às variáveis demográficas da amostra nomeadamente sexo, idade, curso superior e ano de frequência, com quem vive

o jovem, estado civil do jovem e dos seus pais assim como a escolaridades destes, se o jovem está ou não envolvido num relacionamento romântico e, em caso afirmativo, há quanto tempo, se não vive actualmente uma relação romântica se já experienciou no passado e qual a sua duração.

2.3.2 - Escala de Conflito Interparental – ECI (adaptação portuguesa de Andrade, Moura & Matos, 2003)

The Children's Perception of Interparental Conflict Scale (CPIC; Grych, Seid, & Fincham, 1992 – adaptação portuguesa de Andrade, Moura & Matos, 2003) é um questionário de auto-relato que pretende avaliar a percepção que as crianças e os jovens têm relativamente ao conflito interparental. Os autores procuraram identificar factores que podem ter um impacto significativo na forma como as crianças compreendem e reagem aos conflitos. Desta forma, elaboraram um questionário de auto-relato composto por 49 itens organizados em nove escalas (Frequência, Intensidade, Resolução, Conteúdo, Percepção de Ameaça, Eficácia do Coping, Culpa, Triangulação e Estabilidade). A *frequência*, pretende avaliar o número de ocorrências do conflito interparental (e.g., “*Eu nunca vi os meus pais discutirem ou zangarem-se.*”), a *intensidade* permite compreender as atitudes adoptadas pelos pais relativamente ao conflito como a utilização de violência e/ou agressividade bem como a utilização de uma postura mais calma (e.g., “*Os meus pais ficam realmente zangados quando discutem.*”), a *resolução* procura avaliar as estratégias utilizadas pelo casal em relação ao conflito (e.g., “*Quando os meus pais têm uma discussão, geralmente tentam resolvê-la.*”). O *conteúdo* refere-se a temáticas relacionadas com os filhos (e.g., “*As discussões dos meus pais são frequentemente por minha causa.*”), a *percepção de ameaça* pretende medir a percepção de preocupação manifestada pelos filhos relativamente ao conflito interparental (e.g., “*Eu fico assustado/a quando os meus pais discutem.*”) e a *eficácia do coping* (e.g., “*Quando os meus pais discutem, eu sei que posso fazer algo para me sentir melhor.*”) pretende avaliar a percepção dos filhos em relação a estratégias que estes possam adoptar para contribuir para a resolução do conflito dos pais. A *culpa* reporta-se à percepção de culpabilidade que os filhos possam apresentar em relação ao conflito interparental (e.g., “*Não me sinto culpado/a pelo facto de os meus pais discutirem.*”) e a *triangulação* pretende avaliar se os filhos consideram estar envolvidos

no conflito dos pais bem como à necessidade de tomar partido por um dos membros do casal (e.g., “*Eu sinto que estou no centro das discussões dos meus pais.*”). Por fim, a *estabilidade* permite identificar a percepção dos filhos relativamente aos motivos de conflito bem como as razões subjacentes à manutenção da relação conjugal (e.g., “*Os meus pais têm conflitos porque não são felizes juntos.*”). Cada um dos itens do questionário utiliza uma escala tipo Likert, com seis alternativas, que vão desde o “Discordo Totalmente” ao “Concordo Totalmente”.

As nove dimensões podem ser agrupadas em três dimensões de ordem superior - Propriedades do Conflito (Frequência, Intensidade, Resolução), Ameaça (Percepção de Ameaça, Eficácia) e Culpa (Conteúdo, Culpa) de acordo com a conceptualização original (Grych *et al.*, 1992).

2.3.3 - Escala de Crenças Acerca das Relações – ECR (tradução portuguesa Mota & Duarte, 2009)

The Relationship Beliefs Scale (RBS; Fletcher & Kininmonth, 1992) é uma escala que avalia crenças acerca das relações românticas sendo composta por 54 itens e 18 subescalas. Cada item/frase deste instrumento é acompanhado por uma escala tipo Likert com 6 pontos que vai desde “Não possuo de todo esta crença” a “Possuo totalmente esta crença”.

As medidas das subescalas incluem itens que visam avaliar questões referentes a comunicação, amor, confiança, independência, apoio, aceitação, sexo, equidade, compromisso, vitalidade relacional, em comum, segurança pessoal, amizade, finanças, filhos, importância dos outros, *coping* e respeito. A *comunicação* reporta-se à abertura para expressar sentimentos e pensamentos numa relação (e.g., “*Os companheiros devem sentir-se aptos para falar abertamente de qualquer assunto por mais perturbador que seja.*”), o *amor* refere-se à efectividade deste sentimento para a manutenção das relações (e.g., “*Nas relações satisfatórias os companheiros mostram constantemente como se amam um ao outro.*”) e a *confiança* reporta-se à honestidade, lealdade e fidelidade entre os companheiros (e.g., “*Deve existir total honestidade entre os companheiros.*”). Relativamente à *independência*, esta reporta-se às dimensões da privacidade e individualidade (e.g., “*Independentemente da proximidade relacional os companheiros devem manter a sua individualidade.*”), o *apoio* remete para a demonstração de suporte e satisfação das necessidades do outro (e.g., “*Os companheiros devem, mutuamente, dar*

apoio até ao limite das suas capacidades.”), a aceitação relaciona-se com a aprovação incondicional dos companheiros na relação (e.g., “Nas melhores relações os companheiros têm a aprovação incondicional um do outro.”). A subescala sexo alude para as questões de atracção e compatibilidade sexual (e.g., “As melhores relações são construídas com base numa atracção sexual.”), a equidade está relacionada com a igualdade entre homens e mulheres na relação assim como à igual responsabilidade que ambos devem assumir para a manutenção da relação (e.g., “As melhores relações são aquelas em que cada companheiro tem igual responsabilidade pela sua manutenção.”) e o compromisso refere-se aos sacrifícios e acomodação às necessidades do outro na relação (e.g., “Os companheiros devem estar preparados para o compromisso para o bem da relação.”). A vitalidade relacional reporta-se sobretudo ao romantismo e humor nas relações (e.g., “O romantismo é um elemento essencial para a relação.”), a subescala em comum caracteriza-se pelas questões de partilha dos mesmos interesses e valores numa relação (e.g., “Partilhar interesses e hobbies mantém as relações saudáveis.”) e a segurança pessoal refere que companheiros provenientes de backgrounds semelhantes terão relações mais bem sucedidas (e.g., “Se ambos os companheiros forem provenientes de famílias onde exista segurança e afecto é mais provável que a relação seja bem sucedida.”). A dimensão amizade considera que os companheiros devem ser os melhores amigos (e.g., “As relações não podem sobreviver sem uma amizade muito próxima entre os companheiros.”), as questões de segurança económica caracterizam a subescala finanças (e.g., “Os problemas financeiros destroem as relações.”) e a dimensão dos filhos compreende que a reprodução é essencial para a satisfação relacional (e.g., “Ter filhos torna os casais mais unidos.”). A categoria de crença relativa à importância dos outros refere que o convívio com os amigos e familiares de cada companheiro são importantes para o fortalecimento das relações (e.g., “Não estar com os amigos e familiares de cada parceiro destrói a relação.”), o coping revela as estratégias utilizadas para a resolução do conflito relacional (e.g., “O sucesso de uma relação depende da forma como se lida com o conflito.”) e, por fim, o respeito reporta-se à sensibilidade para com os sentimentos do outro bem como a delicadeza como aspectos centrais para uma relação bem sucedida (e.g., “Na maior parte das relações bem sucedidas os companheiros são sensíveis aos sentimentos do outro.”).

As categorias das 18 crenças são agrupadas em quatro áreas gerais que envolvem temas como intimidade (aceitação, comunicação, compromisso, coping, amizade, amor,

respeito, suporte e confiança), factores externos (filhos, em comum, situação financeira, importância dos outros e segurança pessoal), paixão (sexo e vitalidade relacional) e individualidade (equidade e independência).

Esta escala foi sujeita a tradução para português antes da sua aplicação seguindo-se uma reflexão falada entre as investigadoras e com quatro sujeitos de ambos os sexos da mesma faixa etária da amostra de forma a discutir os itens e a receber contributos para a sua melhor compreensão de forma a torná-los mais claros e objectivos.

3. Apresentação dos Resultados

Obtidos os protocolos, foram realizadas análises da consistência interna dos instrumentos, análises correlacionais bem como análises de variância multivariada que nos permitiram procurar diferenças entre dados sócio-demográficos e dimensões (conflito interparental, crenças amorosas) do estudo (tais como sexo e crenças amorosas) e, finalmente, foram efectuadas análises de regressão com vista a explorar potenciais preditores.

O tratamento estatístico foi realizado com o apoio do programa específico para Ciências Sociais – SPSS – *Statistical Package for the Social Sciences* versão 17.0.

3.1 - Correlações e consistência interna das escalas

3.1.1 - Escala de Conflito Interparental (ECI)

Entre as várias dimensões da escala foram encontradas várias correlações significativas. (cf. Quadro 1). Assim, as dimensões Frequência, Intensidade e Resolução apresentaram correlações elevadas no sentido positivo ($r_s = .80, p = .001$; $.70, p = .001$; $.71, p = .001$, respectivamente) de acordo com o esperado. Tais dados sugerem que o número de ocorrências, a intensidade e a forma de resolução do conflito interparental estão intimamente relacionados e reportam-se às propriedades do conflito conforme descrito na literatura (e.g., Grych, Seid & Fincham, 1992). Existem também correlações elevadas entre as dimensões Resolução e Estabilidade ($r = .66, p = .001$). Estes dados indicam que existe uma forte ligação na forma que os pais utilizam para a resolução do conflito e o grau de satisfação conjugal e de envolvimento na relação. As dimensões

Conteúdo e Culpa também apresentam valores altos nas suas correlações ($r = .65$, $p = .001$). Esta informação aponta que o facto de os jovens percepcionarem estar implicados no conflito está estreitamente relacionado com o envolvimento no teor do conflito interparental e, como tal, poderá surgir o sentimento de culpabilidade face aos conflitos dos seus pais. Relativamente às dimensões Percepção de Ameaça e Triangulação foram encontradas correlações moderadas ($r = .49$, $p = .01$), que indiciam que o nível de preocupação que os jovens sentem face ao conflito interparental está relacionado com um sentimento de quase obrigação para apoio de um dos membros do casal em detrimento do outro.

Relativamente a esta escala (ECI) utilizamos como indicador de fidelidade do instrumento a análise da consistência interna (*alpha de Cronbach*). Como mostra o Quadro 1, os valores apresentados nas dimensões apresentam bons níveis de consistência interna.

Na dimensão Culpa foi retirado um item (“As discussões dos meus pais não são, geralmente, por minha causa.”) que por questões de proximidade semântica resultava num item pouco diferenciador da dimensão em causa, quer ao nível da sua consistência interna.

Ainda na dimensão Triangulação optamos por retirar o item “Quando os meus pais discutem, eu não sinto que tenha de tomar partido por um dos lados” que se revelou pouco discriminatório do constructo em questão.

Quadro 1.

Correlações entre dimensões da ECI e consistência interna

	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>5</i>	<i>6</i>	<i>7</i>	<i>8</i>	<i>9</i>	<i>α</i>
1. Frequência	3.11	1.00	-	.80***	.70***	.20**	.43**	.39**	.23**	.51**	.53**	.76
2. Intensidade	2.90	.94		-	.71***	.24**	.51**	.45**	.26**	.56**	.66***	.81
3. Resolução	3.07	1.07			-	.18*	.37**	.47**	.17*	.45**	.66***	.86
4. Conteúdo	1.92	.82				-	.37**	.12	.65***	.45**	.33**	.71
5. Percepção de Ameaça	2.82	1.12					-	.35**	.41**	.49**	.40**	.83
6. Eficácia do Coping	3.08	.75						-	.07	.26**	.43**	.56
7. Culpa	1.96	.802							-	.45**	.24**	.67
8. Triangulação	2.12	.97								-	.52**	.71
9. Estabilidade	2.23	1.09									-	.82

***p < .001; ** p < .01; * p < .05

3.1.2 - Escala de Crenças acerca das Relações (ECR)

De forma a aferir a fidelidade do instrumento procedemos à análise da sua consistência interna (*alpha de Cronbach*) (cf. Quadro 2). Contudo, algumas dimensões apresentaram valores bastante inferiores aos considerados satisfatórios (.22 e .41). Para estas, optamos por utilizar a medida *mean inter-item correlation* que se constitui alternativa ao *alpha de Cronbach*, usada para dimensões que são constituídas por um número reduzido de itens sendo que o seu valor de corte varia entre .2 e .4 (Pallant, 2001).

Nas categorias de crenças relativas a Finanças (“Os problemas financeiros destroem as relações.”) e Filhos (“Relações duradouras são fracas quando não existem filhos.”) optamos por retirar itens que consideramos diferenciadores das dimensões que se pretendiam estudar, tendo influenciado significativamente o ajustamento ao nível da sua consistência interna.

No que diz respeito às correlações entre as dimensões da escala foram encontrados valores significativos entre várias dimensões (cf. Quadro 2). Assim, as dimensões Comunicação, Amor, Confiança, Apoio, Aceitação e *Coping* correlacionam-se no sentido positivo esperado, uma vez que todas fazem parte da subescala Intimidade designada por Fletcher e Kininmonth (1992).

Quadro 2

Correlações entre dimensões da ECR e consistência interna

	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>5</i>	<i>6</i>	<i>7</i>	<i>8</i>	<i>9</i>	<i>10</i>	<i>11</i>	<i>12</i>	<i>13</i>	<i>14</i>	<i>15</i>	<i>16</i>	<i>17</i>	<i>18</i>	<i>α</i>
1.Comunicação	4.69	.94	-	.59**	.76***	.24**	.68***	.56**	.06	.41**	.32**	.37**	.37**	.29**	.45**	.02	.30**	.33**	.61***	.51**	.72
2. Amor	4.23	.97		-	.59**	.00	.61***	.57**	.22	.23	.35**	.34**	.46**	.11	.43**	.13	.40**	.39**	.56**	.51**	.47
3. Confiança	5.14	.89			-	.24	.63***	.56**	.06	.44**	.35**	.43**	.44**	.29**	.49**	-.08	.32**	.28**	.55**	.55**	.74
4.Independência	4.96	.83				-	.12	.12	.13	.34**	.07	.40**	-.02	.41**	.23**	.00	-.06	-.01	.19	.27**	.65
5. Apoio	4.83	.75					-	.65***	.23**	.38**	.47**	.43	.44**	.21**	.54**	.13	.35**	.33**	.63**	.51**	.64
6. Aceitação	4.51	.96						-	.28**	.34**	.38**	.39**	.42**	.20**	.43**	.19**	.44**	.27**	.56**	.41**	.65
7. Sexo	3.88	1.10							-	.03	.17*	.31**	.17**	.25**	.22**	.38**	.29**	.29**	.26**	.13	.79
8. Equidade	4.55	.83								-	.29**	.47**	.34**	.29**	.44**	-.08	.01	.23**	.49**	.52**	.41
9. Compromisso	4.14	.72									-	.33**	.38**	.26**	.39**	.16**	.34**	.38**	.39**	.34**	-.17
10. Vitalidade Relacional	4.96	.72										-	.22**	.38**	.47**	-.10	.12	.23**	.55**	.65**	.55
11. Em Comum	4.04	.72											-	.34**	.47**	.19*	.39**	.47**	.44**	.28**	.22
12. Segurança Pessoal	4.39	.82												-	.31**	.22**	.29**	.32**	.27**	.34**	.47
13. Amizade	4.57	1.00													-	.12	.31**	.33**	.57**	.53**	.67
14. Finanças	2.76	1.01														-	.42**	.26**	.12	-.07	.73
15. Filhos	3.09	.91															-	.48**	.36**	.13	.62
16. Importância dos outros	3.45	.94																-	.43**	.22**	.54
17. Coping	4.35	.84																	-	.59**	.56
18. Respeito	4.91	.78																		-	.64

***p < .001; ** p < .01; * p < .05

Para efeitos de operacionalização do estudo agrupamos as 18 categorias de crenças (subescalas) em 4 dimensões de ordem superior (Intimidade, Factores Externos, Paixão e Individualidade), conforme descrito nos instrumentos (Fletcher *et al.*, 1992) (cf. Quadro 3).

Quadro 3

Correlações entre subescalas da ECR

	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>
1. Intimidade	4.59	.66	-	.52**	.46**	.45**
2. Factores Externos	3.55	.60		-	.42**	.18*
3. Paixão	4.43	.74			-	.33**
4. Individualidade	4.76	.68				-

*** $p < .001$ ** $p < .01$; * $p < .05$

As subescalas da ECR apresentam correlações positivas no sentido esperado. Tais dados sugerem que determinados factores como confiança, respeito, comunicação, apoio, amor, aceitação e que são relativos a atitudes interpessoais estão intimamente relacionados a aspectos externos da relação como por exemplo, segurança pessoal, filhos assim como a questões relativas à independência e equidade dos relacionamentos amorosos.

3.2 – Análises diferenciais

3.2.1 *Conflito Interparental*

No sentido de averiguarmos diferenças de sexo na percepção do conflito interparental relativamente a algumas dimensões do conflito interparental recorreremos à utilização T-test.

Uma das primeiras análises efectuadas foi a exploração de diferenças entre homens e mulheres na percepção das propriedades do conflito (caracterizadas pelas dimensões frequência, intensidade e resolução). Os dados obtidos sugerem que não há diferenças significativas nas pontuações dos homens ($M = 2.97$, $DP = .88$) e das mulheres [$M = 3.12$, $DP = .92$; $t(163) = -1.07$, $p = .29$].

Para a dimensão culpa também não foram encontradas diferenças de sexo na percepção da culpa relativamente ao conflito interparental. Para os homens obtivemos a seguinte pontuação ($M = 2.08$, $DP = .88$) e para as mulheres [$M = 1.87$, $DP = .72$; $t(164) = 1.65$, $p = .10$].

Também em relação à dimensão triangulação não foram encontradas diferenças de sexo sendo que para os homens obtivemos a pontuação ($M = 2.11$, $DP = .96$) e para as mulheres [$M = 2.18$, $DP = 1.01$; $t(163) = -.44$, $p = .66$].

3.2.2 *Crenças Românticas*

No que diz respeito à crença da paixão encontramos diferenças entre homens e mulheres sendo que para os homens obtivemos a pontuação ($M = 4.56$, $DP = .75$) e para as mulheres [$M = 4.33$, $DP = .71$; $t(164) = 2.04$, $p = .04$]. A magnitude revelou-se pequena ($\eta^2 = .025$) contudo, os valores encontrados revelam que 2.5% da variância na crença da paixão é explicada pelo sexo dos indivíduos. Estes valores indicam que existem diferenças de sexo relativamente a questões ligadas à actividade sexual e romantismo nas relações.

Procuramos compreender se a crença da intimidade varia de acordo com o ter ou não uma relação romântica. Os resultados obtidos para jovens que estão envolvidos numa relação romântica foram os seguintes: ($M = 4.69$, $DP = .63$); para indivíduos que não estão envolvidos numa relação obtivemos a seguinte pontuação: [$M = 4.39$, $DP = .68$; $t(172) = 2.96$, $p = .004$]. O valor da magnitude ($\eta^2 = .048$) mostra-se moderado sendo que aproximadamente 5% dos da variância na crença da intimidade é explicada pelo facto dos indivíduos experienciarem ou não uma relação romântica.

3.3 - Análise de variância multivariada

3.3.1 Crenças acerca das relações românticas

De forma a avaliarmos diferenças entre homens e mulheres nas crenças das relações românticas utilizamos uma análise multivariada de variância – MANOVA. Foram utilizadas as quatro dimensões da Escala de Crenças nas Relações (Intimidade, Factores Externos, Paixão e Individualidade). A primeira assumpção foi conduzida no sentido de verificar a normalidade e homogeneidade não tendo sido detectadas violações na variância das variáveis em estudo. Os resultados demonstram que as crenças variam de acordo com o sexo $F(4, 160) = 9.34$, $p = .000$; Wilk's Lambda = .98; partial $\eta^2 = .18$.

As diferenças entre homens e mulheres nas crenças das relações românticas são significativas ao nível da Individualidade $F(1, 163) = 11.94$, $p = .001$, partial $\eta^2 = .07$ que se reporta a factores relacionados com a independência, privacidade e equidade nas relações. As mulheres apresentaram valores superiores ($M = 4.93$, $DP = .58$) relativamente aos homens ($M = 4.57$, $DP = .75$).

CAPÍTULO III

1. Discussão dos Resultados

A análise e interpretação dos resultados serão realizadas de acordo com os objectivos e das questões de investigação propostas para este estudo.

Os resultados encontrados no estudo revelam-se bastante interessantes e permitem-nos reflectir acerca de várias temáticas. Iniciaremos por reflectir acerca dos resultados relativos às diferenças de sexo nas crenças amorosas. A nossa Q1 foi parcialmente confirmada uma vez que verificamos que existem diferenças de sexo ao nível das crenças acerca das relações no sentido em que as mulheres apresentam crenças mais elevadas relativamente à individualidade quando comparadas com homens. De acordo com a maior parte da investigação precedente neste domínio, este resultado é inesperado e curioso uma vez que a contraria. Evidentemente, estamos conscientes de que a nossa amostra é constituída por uma população universitária, de adultos emergentes em que a competição está presente, a necessidade de aceder a “carreiras” desafiantes, estando, a nosso ver, as mulheres jovens plenamente cientes destes factos; por outro lado, assistimos provavelmente a uma mudança de mentalidades em que não são exclusivamente as mulheres que prestam cuidados na família. Isto pode estar também relacionado com o adiar da decisão de ter filhos porque cada vez mais os jovens saem mais tarde de casa dos pais e investem na sua formação.

As questões da equidade nas relações também são habitualmente muito caras às mulheres, neste sentido, podemos referir que subjacente a estas dimensões está o papel da mulher na sociedade. Parece-nos que a evolução ocorrida relativamente às funções desempenhadas pela mulher é um dos pontos centrais para a interpretação dos resultados obtidos acerca da individualidade. Sabemos que à mulher estava associado exclusivamente o papel de cuidadora, o seu papel na família era fundamental pois dela dependeria o bem-estar familiar. Tinha, portanto, a responsabilidade pela reprodução biológica e ideológica da própria família (Relvas, 2007). Apesar da mudança de funções e responsabilidades da mulher na sociedade parece prevalecer uma necessidade de afirmação de independência e individualidade face ao homem e ao seu papel na própria relação.

Ainda ao nível das crenças acerca das relações encontramos diferenças, entre homens e mulheres, relativamente à paixão. Os resultados sugerem que os homens apresentam crenças mais elevadas na paixão e, portanto, acreditam que questões relativas à actividade sexual, romantismo e humor constituem elementos importantes para uma relação bem sucedida. Mais uma vez parece que as mentalidades e significados atribuídos aos papéis na relação estão a mudar. Caminhamos no sentido da androginia em que os indivíduos apresentam uma combinação de características culturais quer femininas, quer masculinas? Parece que também se abriu aos homens um mundo novo de afectos. Tal como a mulher, o homem sofreu transformações na sociedade. Estarão as diferenças clássicas entre géneros a esbater-se?

No que concerne à crença da intimidade encontramos diferenças relativas a indivíduos que estão envolvidos numa relação romântica. Os dados apontam que jovens adultos que mantêm um relacionamento amoroso apresentam níveis superiores na crença da intimidade quando comparados com jovens que actualmente não experienciam uma relação. Esta informação é consistente com aquilo que era esperado (Q3). Parece-nos natural que jovens que experienciem uma relação apresentem crenças mais vincadas ao nível da intimidade na medida em que provavelmente se reportam à sua relação actual e, presumivelmente, possuem uma percepção mais efectiva acerca do funcionamento das relações. É ainda pertinente referir que, para estes jovens, a forma de comunicação, a honestidade, a sensibilidade aos sentimentos do outro talvez sejam consideradas como características que tenderão a proporcionar o sucesso nas suas relações amorosas na medida em que caracterizam a dimensão da intimidade.

Propusemo-nos a avaliar diferenças entre homens e mulheres ao nível de várias dimensões do conflito interparental. Após as análises realizadas, não encontramos diferenças de sexo ao nível das propriedades do conflito (caracterizadas pela frequência, intensidade e resolução do conflito) conforme descrito na literatura (e.g., Grych, Seid & Fincham, 1992).

Ao nível das dimensões culpa e triangulação também não foram encontradas diferenças entre homens e mulheres. Estes dados constituem-se surpreendentes na medida em que esperávamos diferenças pois alguns estudos (e.g., Cummings, Davies & Simpson, 1994) referem que indivíduos do sexo feminino tendem a perceber culpa.

Porventura poderemos atribuir esta ausência de diferenças a uma equiparação entre jovens do sexo feminino e masculino na percepção de culpa relativamente ao conflito

interparental assim como à sua triangulação na relação parental. Neste sentido, talvez possamos considerar que, mais uma vez, as diferenças entre sexos estão a atenuar-se.

Relativamente ao conflito interparental foram observadas correlações significativas nas dimensões da frequência, intensidade e resolução. Neste sentido, verificamos que o número de ocorrências do conflito interparental, a forma de comunicação e expressão que os pais utilizam perante uma determinada situação conflituosa como por exemplo, uma atitude e comportamentos agressivos ou a adopção de uma postura mais calma bem como a forma de resolver o conflito e a sua expressão afectiva, estão intimamente relacionados. Estes dados remetem-nos para o facto de que a percepção de elevados níveis de conflito interparental poderá influenciar a criação de expectativas que os jovens têm relativamente às relações amorosas como já foi encontrado anteriormente com população adolescente (e.g., Steinberg, Davila & Fincham, 2006).

Depois de analisadas as correlações entre as dimensões conteúdo e culpa podemos incidir a nossa atenção sobre dois aspectos. Um deles reporta-se ao facto de que a percepção de envolvimento no conflito interparental por parte dos filhos poderá ser interpretada como um factor que pode conduzir a relação conjugal a uma situação de risco. Por outro lado, o sentimento de culpa percebido pelos filhos poderá remeter-nos para a relação parental sendo que esta poderá ser sentida como negativa na medida em que os jovens poderão sentir-se incapazes de estabelecer uma relação próxima aos pais conforme estudos apresentados (Steinberg, Davila & Fincham, 2006).

As correlações apresentadas entre as dimensões percepção de ameaça e triangulação indiciam que a apreensão sentida pelos jovens no domínio do conflito interparental poderá reflectir uma conflituosidade interna na medida em que os jovens possam ter necessidade de expressar apoio por um dos membros do casal em detrimento do outro, sentindo-se também culpados por esta tomada de decisão. No entanto, seriam necessários mais estudos para aprofundar esta questão.

As correlações entre as diferentes subescalas das crenças acerca das relações amorosas revelam que os aspectos mais interpessoais como a comunicação, apoio, aceitação, confiança, amor e, portanto, referentes à intimidade (tal como foram agrupados por Fletcher & Kininmonth, 1992) não são, por si só, exclusivos para a criação dos valores que conduzem as relações satisfatórias e bem sucedidas. Outros factores externos como

segurança pessoal, a importância dos outros, filhos também parecem ter influência significativa na forma como os jovens acreditam nas relações. É ainda de referir que a paixão caracterizada por romantismo e actividade sexual também parece constituir-se essencial para o bem-estar nas relações. Questões relativas à independência e equidade nas relações também são tidas em consideração para o sucesso das mesmas. De novo, são precisos estudos adicionais para clarificar estas relações. Ainda assim, alguns destes dados corroboram a literatura existente (e.g., Silva & Relvas, 2007) na medida em que numa relação estão presentes componentes como o compromisso, atitudes de cooperação mas também capacidade para lidar com os problemas, conflitos e outros acontecimentos que surjam. Isto significa que provavelmente para um funcionamento saudável das relações devem estar conjugados uma série de factores que são dependentes dos indivíduos e do seu envolvimento na relação mas também de outros aspectos que vão surgindo no decorrer do processo relacional.

De forma geral, parece-nos que as questões ligadas ao género constituem-se transversais nalguns resultados desta investigação. A ideia da mulher designada para a procura de intimidade e a visão de que o homem detém poder e autonomia nas relações parece estar a ser modificada. Estas alterações devem-se, para além dos factores intrapessoais, a indicadores culturais e sociais.

2. Limitações do estudo e pistas para investigações futuras

Como todas, esta investigação apresenta várias limitações. Desde logo a escolha dos instrumentos revelou-se um processo complexo porque a faixa etária que pretendíamos estudar não tem sido alvo de investigações neste domínio. Concretamente, no que se refere ao *Relationship Beliefs Scale* são várias as suas fragilidades nomeadamente ser uma escala que apresenta 3 itens por cada categoria/subescala. Neste sentido, deve ser sujeito a procedimentos de avaliação e melhoramento da sua estrutura. Por outro lado as suas dimensões revelam, na sua maioria, crenças positivas acerca das relações e, portanto, que devem estar presentes para assegurar um bom funcionamento relacional.

Queríamos partilhar o processo de desilusão relativamente à escolha de um instrumento que é eliminado. O estudo inicialmente era composto por 3 questionários, além dos apresentados anteriormente incluimos também o – Relationship Evaluation Questionnaire (Holman, Busby, Doxey, Loyer-Carlson & Klein, 1997). Ora, tendo sido efectuado todo o trabalho de tradução, reflexão, depois de feitos os tratamentos ao instrumento, ele revelou-se não credível para ser utilizado, contudo tínhamos apostado neste instrumento para aprofundar melhor algumas questões tais como os jovens adultos percepcionavam os conflitos nas suas próprias relações para que depois pudéssemos comparar com aquilo que na sua perspectiva acontece na relação conjugal dos seus pais. Consideramos ainda que o estudo ganharia com a realização de entrevistas para melhor perceber a idiossincrasia das experiências relacionais (parentais e amorosas) através da análise da sua história desenvolvimental. Do mesmo modo, o estudo ficaria enriquecido com a utilização de uma metodologia mista.

Estudos longitudinais também se revelariam pertinentes na medida em que permitiriam avaliar as diferenças nas percepções do conflito interparental e das crenças amorosas decorrentes da adultez emergente sendo esta caracterizada por uma fase de construção de uma identidade independente bem como O desenvolvimento de intimidade aprofundando determinados padrões interpessoais que terão relevância na elaboração das crenças amorosas ou mesmo na construção de relações.

Parece-nos que as questões relativas à parentalidade devam ser exploradas em futuras investigações na medida em que estas poderão servir como mediadoras do conflito e da construção de crenças acerca das relações.

É incontornável o papel que a família representa para os indivíduos. Assim, apesar das diferenças existentes entre os papéis conjugais e parentais estes constituem-se, muitas

vezes, indissociáveis podendo ser encarados pelos filhos como indiferenciados. Neste sentido, a utilização de um instrumento que consiga cruzar ambos os parâmetros (relação parental e conjugal) poderá ser importante para novas pistas na temática do conflito interparental.

Referências Bibliográficas

- Alarcão, M. (2006). *(des)Equilíbrios familiares* (3ª ed.). Coimbra: Quarteto Editora. (originalmente publicado em 2000).
- Amato, P. R. (2000). The consequences of divorce for adults and children. *Journal of Marriage and the Family*, 62, 1269-1287.
- Arnett, J. J., (2000). Emerging adulthood: A theory of development from the last teens through the twenties. *American Psychologist*, 55, 469-480.
- Benetti, S. P. C., (2005). Conflito conjugal: Impacto no desenvolvimento psicológico da criança e do adolescente. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19, 261-268.
- Brown, B. B. (2004). Adolescents' relationships with peers. In R. M. Lerner & L. Steinberg (Eds.), *Handbook of adolescent psychology* (pp. 363–394). New York: Wiley.
- Collins, W. A., & Sroufe, L. A. (1999). Capacity for intimate relationships: A developmental construction. In Furman, W., Brown, B. B. & Feiring, C.(eds), *The Development of Romantic Relationships in Adolescence*. Cambridge University Press, New York, (235-265).
- Collins, W. A. & van Dulmen, M. H. M. (2006). Friendships and romance in emerging adulthood: Assessing distinctiveness in close relationships. In J. J. Arnett & J. Tanner (Eds.), *Emerging adult in America: Coming of age in the 21st Century* (219-234). Washington,: APA.
- Collins, W. A. & van Dulmen, M. H. M. (2005). “The course of true love(s)...”: Origins and pathways in the development of romantic relationships. In A. C. Crouter & A. Booth (Eds.), *Romance and sex in adolescence and emerging adulthood: Risks and opportunities* (pp. 63 – 86). Mahwah, NJ: LEA

Conger, R. D., Cui, M., Bryant, C.M., & Elder, G. H. (2000). Competence in early adult romantic relationships: A development perspective on family influences. *J. Personal. Soc. Psychol.* 79: 224-237.

Connolly, J., & Goldberg, A. (1999). Romantic relationships in adolescence: the role of friends and peers in their emergence and development. In W. Furman, B. Brown, & C. Feiring (Eds.), *The development of romantic relationships in adolescence* (pp. 266-290). Cambridge, England. Cambridge University Press.

Connolly, J. A., Furman, W., & Konarski, R. (2000). The role of peers in the emergency of heterosexual romantic relationships in adolescence. *Child Development*, 71, 1395-1408.

Costa, M. E. (2005). *À procura da intimidade*. Porto: Edições ASA.

Cramer, D. (2000). Relationship Satisfaction and Conflict Style in Romantic Relationships. *Journal of Psychology*, 134, 337-341.

Creasy, G. (2002). Associations between working models of attachment and conflict management behavior in romantic couples. *Journal of Counseling Psychology*, 49, 365-375.

Crockenberg, S., & Langrock, A. (2001). The role of specific emotions in children's responses to interparental conflict: a test of the model. *Journal of Family Psychology*, 15, 163-182.

Crockett, L. J., & Randall, B. A. (2006). Linking adolescent family and peer relationships to the quality of young adult romantic relationships: The mediating role of conflict tactics. *Journal of Social and Personal Relationships*, 23, 761-780.

Cummings, E. M., Kouros, C. D. & Papp, L. M. (2007). Marital aggression and children's responses to everyday interparental conflict. *European Psychologist*. 12(1): 17-28.

Davies, P. T., & Cummings, E. M. (1994). Marital conflict and child adjustment: an emotional security hypothesis. *Psychological Bulletin*, 116, 387-411.

Davies, P. T., Cummings, E. M. & Winter, M. A. (2004). Pathways between profiles of family functioning, child security in the interparental subsystem, and child psychological problems. *Development and Psychopathology*, 16, 525-550.

Davies, P. T., Harold, G. T., Goeke-Morey, M. C., & Cummings, E. M. (2002). Child emotional security and interparental conflict. *Monographs of the Society for Research in Child Development* 67: vii-113.

Davila, J., Steinberg, S. J., Kachadourian, L., Cobb, R., & Fincham, F. (2004). Romantic involvement and depressive symptoms in early and late adolescence: The role of a preoccupied relational style. *Pers. Relations*. 11: 161-178.

Duarte, C. M., (2005). *Percepções de Conflito e Violência Conjugal*. Dissertação de Doutorado na área da Psicologia apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Du Rocher Schudlich, T., Shamir, H., & Cummings, E. M. (2004). Marital conflict, children's representations of family relationships, and children's dispositions towards peer conflict strategies. *Social Development*, 13, 171-192.

Ellis, A. (1993). The rational emotive therapy approach to marriage and family therapy. *Family Journal: Counseling and Therapy for Couples and Families*, 1, 292-307.

Ellis, A. (2003). The nature of disturbed marital interaction. *Journal of Rational-Emotive & Cognitive Behavior Therapy*, 21, 147-153.

Emery, R. E. (1982). Interparental conflict and the children of discord and divorce. *Psychological Bulletin*, 92, 310-330.

Erickson, E. H. (1968). *Identity, youth and crisis*. New York: Norton

- Feiring, C. (1996). Concepts of romance in fifteen-year-old adolescents. *Journal of Research on Adolescence*, 6, 181-200.
- Fletcher, G., & Kininmonth, L. (1992). Measuring relationship beliefs: an individual differences scale. *Journal of Research in Personality*, 26, 371-397.
- Fosco, G. M., & Grych J. H. (2007). Emotional expression in the family as a context for children's appraisals of interparental conflict. *Journal of Psychology*, 21, 248-258.
- Furman, W., & Buhrmester, D. (1992). Age and sex differences in perceptions of networks of personal relationships. *Child Development*, 63, 103-115.
- Furman, W., & Wehner, E. A. (1997). Adolescent romantic relationships: A developmental perspective. *New Directions for Child Development*, 78, 21-35.
- Furman, W., & Wehner, E. A. (1994). Romantic views: toward a theory of adolescent romantic relationships. In Montemayor, R., Adams, G. R., and Gullota, G. P. (eds), *Advances in Adolescent Development: Relationships during adolescence*, Sage, Thousand Oaks, CA, Vol. 6, pp. 168-175.
- Furman, W., Simon, V. A., Shaffer, L., & Bouchey, H. A. (2002). Adolescents' working models and styles for relationships parents, friends, and romantic partners. *Child Dev.* 73: 241-255.
- Gameiro, J. (2007). *Entre Marido e Mulher...Terapia de Casal*. Lisboa: Trilhos Editora.
- Gottman, J. M. (1994). *What predicts divorce?* Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Gray, M. R. & Steinberg, L. (1999). Adolescent romance and the parent-child relationship: A contextual perspective. In Furman, W., Brown, B. B., and Feiring, C. (eds), *The Development of Romantic Relationships in Adolescence*. Cambridge University Press, New York, pp. 235-265.

Grych, J. H., & Fincham, F. D. (1993). Children's appraisals of marital conflict: Initial investigations of the cognitive-contextual framework. *Child Devel.* 64: 215-230.

Grych, J. H., Seid., & Fincham, F. D. (1992). Assessing marital conflict from the child's perspective: The children's perception of interparental conflict scale. *Child Devel.* 63: 558-572.

Grych, J. H. (1998). Children's appraisals of interparental conflict: Situational and contextual influences. *Journal of Family Psychology*, 12, 437-453.

Grych, J. H., & Fincham, F. D. (1990). Marital conflict and children's adjustment: a cognitive-contextual framework. *Psychological Bulletin*, 108, 267-290.

Holman, T. B. & Jarvis, M. O. (2003). Hostile, volatile, avoiding, and validating couple-conflict types: An investigation of Gottman's couple-conflict types. *Personal Relationships*, 10, 267-282.

Kim, H. K., Pears, K. C., Capaldi, D. M., & Owen L. D. (2009). Emotion dysregulation in the intergenerational transmission of romantic relationship conflict. *Journal of Family Psychology*, 23, 585-595.

Kinsfogel, K. M., & Grych, J. H. (2004). Interparental conflict and adolescent dating relationships: integrating cognitive, emotional, and peer influences. *Journal of Family Psychology*, 18, 505-515.

Knee, C. R. (1998). Implicit theories of relationships: Assessment and prediction of romantic relationship initiation, coping, and longevity. *Journal of Personality and Social Psychology*, 74, 360-370.

La Greca, A. M., & Harrison, H. M. (2005). Adolescents peer relations, friendships, and romantic relationships: Do they predict social anxiety and depression? *Journal of Clinical Child and Adolescent Psychology*, 34, 49-61.

Langhinrichsen-Rohling, J., Hankla, M., & Stormberg C. D. (2004). The Relationship behavior networks of young adults: A test of the intergenerational of violence hypothesis. *Journal of Family Violence*, 19, 139-151.

Lehnart, J., & Neyer, F. J. (2006). Personality, relationships, and health – a dynamic-transactional perspective. In M. Vollrath (Ed), *Handbook of Personality and health*. New York. Wiley.

Lichter, E. L., & McCloskey, L. A. (2004). The effects of childhood exposure to marital violence on adolescent gender-role beliefs and dating violence. *Psychology of Women Quartely*, 28, 344-357.

Linder, J. R., Crick, N. R. & Collins W. A. (2002). Relational aggression and victimization in young adults' romantic relationships: Associations with perceptions of parent, peer, and romantic relationship quality. *Social Development*, 11, 69-86.

Maldonado, M. T. (2010). *O Bom Conflito*. Brasil: Guerra & Paz.

Mann, B. J., & Gilliom, L. A. (2002). Emotional security and cognitive appraisals mediate the relationship between parents' marital conflict and adjustment in older adolescents. *The Journal of Genetic Psychology*, 3, 250-271.

Matos, P. M. (2006). Relações românticas em adolescentes. *Psychologica*, 41, 9-24.

Medora, N. P., Larson, J. H., Hortaçsu, N., & Dave, P. (2002). Perceived attitudes towards romanticism: A cross-cultural study of American, Asian-Indian, and Turkish young adults. *Journal of Comparative Family Studies*, 33, 155-178.

Mills & Schulz (2009). Exploring the relationship between task conflict, relationship conflict, organizational commitment. *Sport Management International Journal*, 5, 5-18.

Noller, P., & Feeney, J. A. (1998). Communication in early marriage: Responses to conflict, nonverbal accuracy, and conversational patterns. In T. N. Bradbury (Ed.), *The developmental course of marital dysfunction* (pp. 11–43). New York: Cambridge University Press.

Pallant, J. (2001). *SPSS Survival Manual*: Open University Press.

Pereira, A. S. (2009). *Até que a Sorte nos Separe*. Porto: Ambar.

Relvas, A. P. (2007). A Mulher na Família: “Em torno dela”. In Relvas A. P. e Alarcão M. (2ª ed.), *Novas Formas de Família* (p. 299-339). Coimbra: Quarteto.

Riggio, H. R., (2004). Parental marital conflict and divorce, parent-child relationships, social support, and relationship anxiety in young adulthood. *Personal Relationships*, 11, 99-114.

Riggs, D. R., & O’Leary, K. D. (1996). Aggression between heterosexual *dating* partners: An examination of a causal model of courtship aggression. *Journal of Interpersonal Violence*, 11, 519-540.

Robins, R. W., Caspi, A., & Moffitt, T. (2002). It’s not who you’re with, it’s who you are: Personality and relationship experiences across multiple relationships. *Journal of Personality*, 70, 925-964.

Robinson, L. C. (2000). Interpersonal relationship quality in young adulthood: a gender analysis. *Adolescence*, 35, 775-784.

Sampaio, D. (2009). *Porque Sim*. Lisboa: Editorial Caminho.

Seiffge-Krenke, I. (2003). Testing theories of romantic development from adolescence to young adulthood: Evidence of a development sequence. *International Journal of Behavioral Development*, 6, 519-531.

Shulman, S. & Scharf, M. (2000). Adolescent romantic behaviours and perceptions: Age-and gender-related differences, and links with family and peer relationships. *Journal of Research Adolescence*, 10, 99-118.

Silva, M. H. & Relvas, A. P. (2007). Casal, Casamento e União de Facto. In Relvas A. P. & Alarcão M. (Eds.), *Novas Formas de Família* (p. 189-239). Coimbra:Quarteto

Simpson, K., S., & Cummings, M. (1996). Mixed message resolution and children's responses to interadult conflict. *Child Development*, 67, 437-448.

Sprecher, S., & Metts, S. (1999). Romantic Beliefs: Their Influence on Relationships and Patterns of Change Over Time. *Journal of Social and Personal Relationships*, 16, 834-851.

Steinberg, S. J., Davila, J., & Fincham, F. (2006). Adolescent marital expectations and romantic experiences: Associations with perceptions about parental conflict and adolescent attachment security. *Journal of Youth and Adolescence*, 35, 333-348.

Sumer, N., & Cozzarelli, C. (2004). The impact of adult attachment on partner and self-attributions and relationship quality. *Personal Relationships*, 11, 355-371.

Turner, C. M., & Barrett, P. (1998). Adolescent adjustment to perceived marital conflict. *J. Child Fam. Stud.* 7: 499-513.

Unger, D. G., McLeod, L. E., Brown, M. B., & Tressell, P. (2000). The role of family support in interparental conflict and adolescent academic achievement. *Journal of Child and Family Studies*, 9, 191-202.

Wood, J. T. (2000). Gender and personal relationships. In C. Hendrick & S. S. Hendrick(Eds.), *Close relationships: A sourcebook* (pp. 301-313). Thousand Oaks, CA: SAGE Publications.

Anexo 1.

Protocolo Administrado

Cód. ____

UNIVERSIDADE DO PORTO

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

Esta investigação insere-se no âmbito de um Mestrado realizado na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, cuja temática se relaciona com as percepções acerca dos conflitos parentais e construção de relações amorosas.

Todos os dados são anónimos e confidenciais.

Não há respostas certas ou erradas, apenas interessam as suas opiniões.

Por favor **leia atentamente** todas as questões e **responda com a máxima sinceridade**.

A sua colaboração é extremamente importante.

Muito obrigada por participar neste estudo.

Cód. _____

1. Curso _____

2. Ano _____

3. Idade _____

4. Sexo

Masculino

Feminino

5. Tem irmãos? Sim Não

5.1 Se sim, quantos? _____

6. Tem religião? Sim Não

6.1 Se sim, qual? _____

7. Estado Civil:

Solteiro(a)

Casado(a)

União de facto

Separado(a)

Divorciado(a)

8. Com quem vive actualmente? _____

9. Os seus pais são casados entre si? Sim Não

10. Alguma vez estiveram separados? Sim Não

10.1 Se sim, por quanto tempo?

Entre 0 e 6 meses

Entre 6 meses e 1 ano

Entre 1 e 2 anos

Mais de 2 anos

Se os seus pais não são casados entre si, por favor responda às seguintes questões:

Estado civil actual do pai:

Solteiro

Separado

Divorciado

Casado/União de facto

Viúvo

11.1. Estado civil actual da mãe:

Solteira

Separada

Divorciada

Casada/União de facto

Viúva

12. Habilitações Literárias do Pai

Nunca estudou
1º Ciclo
2º Ciclo
3º Ciclo
Secundário
Bacharelato
Licenciatura
Mestrado
Doutoramento

12.1. Habilitações Literárias da Mãe

Nunca estudou
2º Ciclo
3º Ciclo
3º Ciclo
Secundário
Bacharelato
Licenciatura
Mestrado
Doutoramento

13. Profissão do pai _____ **13.1 Profissão da mãe** _____

Finalmente, mais umas questões relativas exclusivamente a si

14. Actualmente está envolvido(a) numa **relação romântica?** Sim Não

14.1 Se sim, há quanto tempo mantém a relação?

Entre 0 e 6 meses
Entre 6 meses e 1 ano
Entre 1 e 2 anos
Mais de 2 anos

15. Considera esta relação de namoro?

Sim Não

16. Se actualmente não está envolvido numa relação, **esteve no passado?**

Sim Não

16.1 Se sim, quanto tempo esteve nessa relação?

Entre 0 e 6 meses
Entre 6 meses e 1 ano
Entre 1 e 2 anos
Mais de 2 anos

Muito obrigada pela sua colaboração!

Neste questionário vai encontrar um conjunto de afirmações sobre as relações familiares, **especialmente em situações que os pais discutem. Se os seus pais estão separados, recorde o que sentiu nos tempos em que viviam juntos.** Tendo em consideração as alternativas que se seguem, assinale com um círculo a resposta que **melhor exprime o modo como se sente ou se sentiu nessas situações.**

Discordo totalmente 1	Discordo 2	Discordo moderadamente 3	Concordo moderadamente 4	Concordo 5	Concordo Totalmente 6
--	-----------------------------	---	---	-----------------------------	--

- | | | | | | | | |
|----|--|---|---|---|---|---|---|
| 1 | Eu nunca vi os meus pais discutirem ou zangarem-se. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 2 | Quando os meus pais têm uma discussão, geralmente tentam resolvê-la. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 3 | Os meus pais discutem frequentemente sobre as coisas que eu faço na faculdade. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 4 | Os meus pais ficam realmente zangados quando discutem. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 5 | Quando os meus pais discutem, eu sei que posso fazer algo para me sentir melhor. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 6 | Eu fico assustado(a) quando os meus pais discutem. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 7 | Eu sinto que estou no centro das discussões dos meus pais. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 8 | Não me sinto culpado(a) pelo facto de os meus pais discutirem. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 9 | Provavelmente os meus pais não imaginam que eu sei que eles discutem muito. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 10 | Mesmo quando terminam uma discussão, os meus pais continuam zangados. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 11 | Os meus pais têm conflitos porque não são felizes juntos. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 12 | Quando têm desentendimentos, os meus pais discutem calmamente. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 13 | Eu não sei o que fazer quando os meus pais têm discussões. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 14 | Os meus pais insultam-se, mesmo na minha presença. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 15 | Quando os meus pais discutem, eu preocupo-me | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |

	com o que me possa acontecer.					
16	Quando os meus pais discutem, eu não sinto que tenha de tomar partido por um dos lados.	1	2	3	4	5 6
17	Os meus pais geralmente discutem por minha causa.	1	2	3	4	5 6
18	Eu vejo frequentemente os meus pais a discutir.	1	2	3	4	5 6
19	Os meus pais geralmente chegam a um acordo quando discutem.	1	2	3	4	5 6
20	As discussões dos meus pais são frequentemente por minha causa.	1	2	3	4	5 6
21	As razões pelas quais os meus pais discutem são sempre as mesmas.	1	2	3	4	5 6
22	Quando os meus pais têm uma discussão, dizem coisas desagradáveis um ao outro.	1	2	3	4	5 6
23	Quando os meus pais discutem, eu sei que posso fazer algo para ajudar a melhorar a situação.	1	2	3	4	5 6
24	Quando os meus pais discutem, eu tenho medo que algo de mal aconteça.	1	2	3	4	5 6
25	A minha mãe quer que eu esteja do seu lado quando ela e o meu pai discutem.	1	2	3	4	5 6
26	Eu sinto-me culpado(a) por os meus pais discutirem, mesmo que eles não o digam.	1	2	3	4	5 6
27	Os meus pais quase nunca discutem.	1	2	3	4	5 6
28	Os meus pais discutem mas depois fazem as pazes.	1	2	3	4	5 6
29	Os meus pais geralmente discutem por coisas que eu fiz.	1	2	3	4	5 6
30	Os meus pais discutem porque realmente não gostam um do outro.	1	2	3	4	5 6
31	Quando os meus pais têm uma discussão, gritam muito um com o outro.	1	2	3	4	5 6
32	Quando os meus pais discutem, não existe nada que eu possa fazer para os impedir.	1	2	3	4	5 6
33	Quando os meus pais discutem, fico preocupado(a) com a possibilidade de um deles ficar magoado.	1	2	3	4	5 6
34	Eu sinto que tenho de tomar partido quando os meus pais discutem.	1	2	3	4	5 6
35	Os meus pais fazem críticas e queixas um do outro.	1	2	3	4	5 6
36	Os meus pais raramente falam alto quando estão a discutir.	1	2	3	4	5 6
37	Os meus pais entram frequentemente em discussão quando eu faço algo de errado.	1	2	3	4	5 6
38	Os meus pais atiram e partem objectos durante as discussões.	1	2	3	4	5 6
39	Após os meus pais terminarem de discutir, geralmente são carinhosos um com o outro.	1	2	3	4	5 6
40	Quando os meus pais discutem, tenho receio que eles também possam gritar comigo.	1	2	3	4	5 6
41	Os meus pais culpam-me pelas suas discussões.	1	2	3	4	5 6
42	O meu pai quer que eu esteja do seu lado quando	1	2	3	4	5 6

- ele e a minha mãe discutem.
- | | | | | | | | |
|----|--|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| 43 | Os meus pais agriem-se durante uma discussão. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 44 | Quando os meus pais discutem, não existe nada que eu possa fazer para me sentir melhor. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 45 | Quando os meus pais discutem, eu preocupo-me com a possibilidade de eles poderem divorciar-se. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 46 | Os meus pais continuam zangados, mesmo depois de terminarem uma discussão. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 47 | Os meus pais têm discussões porque não querem continuar juntos. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 48 | As discussões dos meus pais não são, geralmente, por minha causa. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 49 | Quando os meus pais discutem, não ouvem nada do que eu digo. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |

Muito obrigada pela sua colaboração!

Este questionário procura conhecer quais as suas **crenças acerca das razões que tornam as relações amorosas bem sucedidas**. O tipo de relações a que nos referimos inclui **relações de namoro, casamento e uniões de facto**.

Para cada frase do questionário assinale com um círculo a opção que melhor exprime a sua opinião acerca das relações amorosas.

Não possuo de todo esta crença	Possuo ligeiramente esta crença	Possuo moderadamente esta crença	Possuo consideravelmente esta crença	Possuo fortemente esta crença	Possuo totalmente esta crença
1	2	3	4	5	6

- 1 As pessoas devem sempre reconhecer as mensagens subjacentes dos seus companheiros. 1 2 3 4 5 6
- 2 Nas relações satisfatórias os companheiros mostram constantemente como se amam um ao outro. 1 2 3 4 5 6
- 3 Deve existir total honestidade entre os companheiros. 1 2 3 4 5 6
- 4 Cada companheiro tem direito absoluto à sua privacidade pessoal. 1 2 3 4 5 6
- 5 Nas relações amorosas os companheiros devem apoiar-se completamente um ao outro. 1 2 3 4 5 6
- 6 Nas relações felizes os companheiros aceitam-se totalmente. 1 2 3 4 5 6
- 7 As melhores relações são construídas com base numa forte atracção sexual. 1 2 3 4 5 6
- 8 Homens e mulheres devem partilhar igualmente tarefas domésticas. 1 2 3 4 5 6
- 9 Ambos os companheiros devem fazer sacrifícios na relação. 1 2 3 4 5 6

- | | | | | | | | |
|----|---|---|---|---|---|---|---|
| 10 | O humor deve estar presente nas relações. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 11 | Partilhar interesses e <i>hobbies</i> mantém as relações saudáveis. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 12 | Pessoas com <i>backgrounds</i> semelhantes terão relações mais bem sucedidas. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 13 | Os companheiros devem ser, igualmente, amigos e amantes. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 14 | Os problemas financeiros destroem as relações. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 15 | Ter filhos torna os casais mais unidos. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 16 | Não estar com os amigos e familiares de cada parceiro destrói a relação. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 17 | Uma boa relação é suficientemente forte para sobreviver a tudo. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 18 | Na maior parte das relações bem sucedidas os companheiros são sensíveis aos sentimentos do outro. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 19 | Os companheiros devem sentir-se aptos para falar abertamente de qualquer assunto por mais perturbador que seja. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 20 | As relações íntimas não funcionam sem amor. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 21 | As melhores relações dependem da absoluta lealdade de um para com o outro. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 22 | Nas relações íntimas cada um dos companheiros deve ter tempo independente para si mesmo. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 23 | Nas melhores relações os companheiros devem trabalhar fortemente para a satisfação das necessidades do outro. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 24 | Nas melhores relações os companheiros têm a aprovação incondicional um do outro. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 25 | Sem uma boa vida sexual as relações não sobrevivem. | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |

- 26 Sem igualdade entre os companheiros as relações morrem. 1 2 3 4 5 6
- 27 Os companheiros devem estar preparados para o compromisso para o bem da relação. 1 2 3 4 5 6
- 28 As relações devem ser estimulantes. 1 2 3 4 5 6
- 29 Os companheiros devem partilhar as mesmas crenças e valores. 1 2 3 4 5 6
- 30 Para ter uma boa relação o indivíduo deve sentir-se seguro consigo próprio. 1 2 3 4 5 6
- 31 O seu(sua) companheiro(a) deve ser o(a) seu(sua) melhor amigo(a). 1 2 3 4 5 6
- 32 As relações íntimas dependem da segurança económica. 1 2 3 4 5 6
- 33 Relações duradouras são fracas quando não existem filhos. 1 2 3 4 5 6
- 34 Ter amigos comuns fortalece as relações. 1 2 3 4 5 6
- 35 O conflito nas relações deve ser encarado directamente. 1 2 3 4 5 6
- 36 O respeito mútuo constitui a base para uma boa relação. 1 2 3 4 5 6
- 37 É essencial que os companheiros expressem todos os sentimentos numa relação. 1 2 3 4 5 6
- 38 O amor entre os companheiros é suficiente para assegurar uma relação bem sucedida. 1 2 3 4 5 6
- 39 Nas relações íntimas os companheiros devem ser completamente fiéis um ao outro. 1 2 3 4 5 6
- 40 Independentemente da proximidade relacional os companheiros devem manter a sua individualidade. 1 2 3 4 5 6
- 41 Os companheiros devem, mutuamente, dar apoio até ao limite das suas capacidades. 1 2 3 4 5 6

- 42 Se os companheiros não se aceitam um ao outro 1 2 3 4 5 6
não podem realmente amar-se.
- 43 A compatibilidade sexual é essencial para uma boa 1 2 3 4 5 6
relação.
- 44 As melhores relações são aquelas em que cada 1 2 3 4 5 6
companheiro tem igual responsabilidade pela sua
manutenção.
- 45 Dentro de uma relação saudável os companheiros 1 2 3 4 5 6
acomodam-se às necessidades do outro mesmo que
isso signifique uma negação de si próprio.
- 46 O romantismo é um elemento essencial para a 1 2 3 4 5 6
relação.
- 47 Quanto mais tempo os companheiros passarem 1 2 3 4 5 6
juntos melhor.
- 48 Se ambos os companheiros forem provenientes de 1 2 3 4 5 6
famílias onde exista segurança e afecto é mais
provável que a relação seja bem sucedida.
- 49 As relações não podem sobreviver sem uma 1 2 3 4 5 6
amizade muito próxima entre os companheiros.
- 50 Nas relações íntimas o dinheiro é tão importante 1 2 3 4 5 6
como o amor.
- 51 Nas relações íntimas ter filhos conduz a uma total 1 2 3 4 5 6
satisfação.
- 52 Os amigos de um companheiro devem ser os 1 2 3 4 5 6
amigos do outro.
- 53 O sucesso de uma relação depende da forma como 1 2 3 4 5 6
se lida com o conflito.
- 54 A delicadeza para com o(a) companheiro(a) é um 1 2 3 4 5 6
dos aspectos mais importantes para uma relação
bem sucedida.

Muito obrigada pela sua colaboração!

Anexo 2.

RELATIONSHIP BELIEFS SCALE – Tradução portuguesa

UNIVERSIDADE DO PORTO

FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

RELATIONSHIP BELIEF SCALE

Fletcher & Kininmonth (1992)

Tradução Portuguesa: Mota & Duarte (2009)

Crenças:

Comunicação

1. As pessoas devem sempre reconhecer as mensagens subjacentes dos seus companheiros.
19. Os companheiros devem sentir-se aptos para falar abertamente de qualquer assunto por mais perturbador que seja.
37. É essencial que os companheiros expressem todos os sentimentos numa relação.

Amor

2. Nas relações satisfatórias os companheiros mostram constantemente como se amam um ao outro.
20. As relações íntimas não funcionam sem amor.
38. O amor entre os companheiros é suficiente para assegurar uma relação bem sucedida.

Confiança

3. Deve existir total honestidade entre os companheiros.
21. As melhores relações dependem da absoluta lealdade de um para com o outro.

39. Nas relações íntimas os companheiros devem ser completamente fiéis um ao outro.

Independência

4. Cada companheiro tem direito absoluto à sua privacidade pessoal.

22. Nas relações íntimas cada um dos companheiros deve ter tempo independente para si mesmo.

40. Independentemente da proximidade relacional os companheiros devem manter a sua individualidade.

Apoio

5. Nas relações amorosas os companheiros devem apoiar-se completamente um ao outro.

23. Nas melhores relações os companheiros devem trabalhar fortemente para a satisfação das necessidades do outro.

41. Os companheiros devem, mutuamente, dar apoio até ao limite das suas capacidades.

Aceitação

6. Nas relações felizes os companheiros aceitam-se totalmente.

24. Nas melhores relações os companheiros têm a aprovação incondicional um do outro.

42. Se os companheiros não se aceitam um ao outro não podem realmente amar-se.

Sexo

7. As melhores relações são construídas com base numa forte atracção sexual.

25. Sem uma boa vida sexual as relações não sobrevivem.

43. A compatibilidade sexual é essencial para uma boa relação.

Equidade

- 8. Homens e mulheres devem partilhar igualmente tarefas domésticas.
- 26. Sem igualdade entre os companheiros as relações morrem.
- 44. As melhores relações são aquelas em que cada companheiro tem responsabilidade pela sua manutenção.

Compromisso

- 9. Ambos os companheiros devem fazer sacrifícios na relação.
- 27. Os companheiros devem estar preparados para o compromisso para o bem da relação.
- 45. Dentro de uma relação saudável os companheiros acomodam-se às necessidades do outro mesmo que isso signifique uma negação de si próprio.

Vitalidade Relacional

- 10. O humor deve estar presente nas relações.
- 28. As relações devem ser estimulantes.
- 46. O romantismo é um elemento essencial para a relação.

Em Comum

- 11. Partilhar interesses e *hobbies* mantém as relações saudáveis.
- 29. Os companheiros devem partilhar as mesmas crenças e valores.
- 47. Quanto mais tempo os companheiros passarem juntos melhor.

Segurança Pessoal

- 12. Pessoas com backgrounds semelhantes terão relações mais bem sucedidas.
- 30. Para ter uma boa relação o indivíduo deve sentir-se seguro consigo próprio.
- 48. Se ambos os companheiros forem provenientes de famílias onde exista segurança e afecto é mais provável que a relação seja bem sucedida.

Amizade

- 13. Os companheiros devem ser, igualmente, amigos e amantes.
- 31. O seu/sua companheiro/a deve ser o/a seu/sua melhor amigo/a.
- 49. As relações não podem sobreviver sem uma amizade muito próxima entre os companheiros.

Finanças

- 14. Os problemas financeiros destroem as relações.
- 32. As relações íntimas dependem da segurança económica.
- 50. Nas relações íntimas o dinheiro é tão importante como o amor.

Crianças/Filhos

- 15. Ter filhos torna os casais mais unidos.
- 33. Relações duradouras são fracas quando não existem filhos.
- 51. Nas relações íntimas ter filhos conduz a uma total satisfação.

Importância dos outros

- 16. Não estar com os amigos e familiares de cada parceiro destrói a relação.
- 34. Ter amigos comuns fortalece as relações.
- 52. Os amigos de um companheiro devem ser os amigos do outro.

Coping

- 17. Uma boa relação é suficientemente forte para sobreviver a tudo.
- 35. O conflito nas relações deve ser encarado directamente.
- 53. O sucesso de uma relação depende da forma como se lida com o conflito.

Respeito

- 18. Na maior parte das relações bem sucedidas os companheiros são sensíveis aos sentimentos do outro.
- 36. O respeito mútuo constitui a base para uma boa relação.
- 54. A delicadeza para com o/a companheiro/a é um dos aspectos mais importantes para uma relação bem sucedida.